

# O PÓLO DE CONFECÇÕES DO AGRESTE DE PERNAMBUCO: ENSAIANDO UMA PERSPECTIVA DE ABORDAGEM

*Roberto Vêras de Oliveira (UFPG)*

## *Introdução*

O presente texto tem como propósito principal indicar elementos para uma abordagem a respeito do *Pólo de Confeções do Agreste de Pernambuco*<sup>1</sup>, quanto à sua origem, desenvolvimento e dinâmica atual, sobre a natureza das atividades produtivas e comerciais e das relações de trabalho que têm predominado em sua trajetória.

O *Pólo de Confeções do Agreste de Pernambuco* é um aglomerado de iniciativas produtivas e comerciais relacionadas ao setor de confeções, com foco em roupa *casual* (masculina e feminina), *brim* (*jeans*, bermudas, saias, *shorts* e camisas), malharia (camisetas, *tops*, blusas, vestidos), outras vestimentas (calças, saias, camisas e blusas), moda infantil e *lingerie*. Se estabeleceu, a partir dos anos 1950/1960, em torno das “Feiras da Sulanca”, em Santa Cruz do Capibaribe, Caruaru e Toritama, mas hoje seu raio de influência se estende por dezenas de municípios do Agreste de Pernambuco<sup>2</sup> e repercute na Região e no país. As unidades produtivas são na sua maioria constituídas de “fabricos” e “facções”, mas, com a consolidação do *Pólo*, já vêm se estabelecendo algumas “fábricas”<sup>3</sup>. As atividades comerciais ocorrem nas “Feiras da Sulanca” e, agora

---

<sup>1</sup> Conforme trataremos no desenvolvimento do texto, essa é a denominação que passou a ser assumida, a partir do início dos anos 2000, pelos atores constitutivos dessa aglomeração produtiva (sobretudo, entre os que conquistaram maior visibilidade externa), em substituição à marca *Feira da Sulanca*. De modo menos freqüente, tem sido denominado também por *Pólo da Moda do Agreste* (LUCENA e PEREIRA, 2006). Aqui, usaremos ora a expressão inteira, *Pólo de Confeções do Agreste de Pernambuco*, ora simplesmente *Pólo*.

<sup>2</sup> A Mesorregião do Agreste Pernambucano é uma área de transição entre a Zona da Mata, de clima úmido, e o Sertão semi-árido. Caruaru situa-se a 136 km da capital do Estado, Santa Cruz do Capibaribe, a 180 km, e Toritama, a 167 km.

<sup>3</sup> “Fabricos”, conforme denomina-se comumente entre os que fazem o *Pólo*, são unidades produtivas familiares, com funcionamento indissociado do local de moradia dos proprietários, de caráter informal, mas que incorporam dimensões variadas. Tomando-se o número de trabalhadores assalariados, pode não ter nenhum (realizando o trabalho apenas com a família) ou chegar a dezenas de contratados (em bases informais). Quanto às “fábricas”, daqueles se diferenciam por se constituírem formalmente, por serem dotadas de uma base operativa destacada do domicílio dos proprietários (embora o caráter familiar da propriedade quase sempre seja mantida), baseando-se na contratação de trabalho assalariado (em muitos casos, formalizados, ao mesmo tempo em que preservam como regra geral a contratação, em condições informais, de terceiros – as “facções”). Sobre as “facções”, são unidades produtivas em geral constituídas em condições ainda mais precárias, quando comparadas aos “fabricos”, e que se caracterizam por atender,

também, nos agigantados Centros Comerciais, para onde acorrem comerciantes (revendedores<sup>4</sup>) e consumidores de diversos estados do país. Estimativas de Raposo e Gomes (2003) indicavam, no começo dos anos 2000, a existência de algo em torno de 12 mil unidades produtivas no *Pólo*, dentre as quais apenas 8% eram formalizadas. Ao todo empregavam, direta e indiretamente, por volta de 76 mil pessoas e produziam 57 milhões de peças por mês. O faturamento, em conjunto, totalizava R\$ 144 milhões.

As questões que orientam a reflexão que aqui se propõe são: como situar a perspectiva de abordagem sobre o *Pólo de Confecções do Agreste de Pernambuco* e o padrão de relações de trabalho nele predominante? Sob quais dinâmicas sociais se reproduzem as condições predominantemente *informais* e *precárias* que caracterizam o trabalho no *Pólo*? Sob que nexos e implicações articulam-se tais dinâmicas com os novos processos do capitalismo? Que implicações uma crescente articulação frente à dinâmica capitalista têm trazido para o *Pólo* e para a problemática do trabalho nele implicada, considerando-se os elementos que o caracterizam historicamente?

As reflexões aqui propostas se baseiam, sobretudo, em elementos de pesquisa bibliográfica e de incursões iniciais a campo, nas formas de observação direta e da realização de entrevistas com sujeitos atuantes no *Pólo*. Compõem um esforço inicial de pesquisa, envolvendo inúmeros projetos<sup>5</sup>. Pretendemos, aqui, não propriamente apresentar resultados de pesquisa, mas principalmente propor algumas indicações para uma interpretação sobre tal experiência.

Este texto se encontra estruturado em quatro partes. Depois desta Introdução, a parte que segue busca situar os principais elementos que caracterizam a origem e o desenvolvimento do *Pólo*. A terceira se detém sobre as dinâmicas que, a nosso ver, têm marcado a trajetória do *Pólo*, até a sua conformação atual, oportunidade em que realçamos: o caráter “autônomo”, “espontâneo”, de sua constituição inicial; a persistência da condição predominantemente *familiar*, *domiciliar* e *informal* de suas atividades; a nova dinâmica *urbano-rural* empreendida com o seu desenvolvimento; a sua constituição enquanto uma *aglomeração produtiva e comercial*; a crescente

---

sob a condição de subcontratadas, as demandas pontuais das “fábricas” e “fabricos”, se especializando na realização de uma ou poucas tarefas do processo de produção, com destaque para a costura, o corte, o bordado, o *travete* (no caso do *jeans*), a implantação de casas e botões etc.

<sup>4</sup> Na grande maioria dos casos, trata-se dos popularmente conhecidos “sacoleiros”.

<sup>5</sup> De alunos de iniciação científica, de mestrandos, de doutorandos e de professores da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFCG e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPB, sob o propósito geral de realizar um amplo diagnóstico a respeito do trabalho no *Pólo de Confecções do Agreste de Pernambuco*. Entretanto, as opiniões aqui expressas são de responsabilidade exclusiva do autor.

imbricação de sua dinâmica com a dinâmica capitalista. Por último, apresentamos algumas considerações finais.

### *Sobre a Constituição do Pólo*

A origem do que hoje é denominado por *Pólo de Confecções do Agreste de Pernambuco* resultou da iniciativa de homens e mulheres situados em áreas preponderantemente rurais do Agreste Pernambucano. Nos termos de Lira (2006, p. 98), se constituiu

como alternativa de sobrevivência da população agrestina, por causa, principalmente, da crise agrícola da cotonicultura e das dificuldades de produzir outros produtos, já que a região possui faixas muito secas, sendo inapropriadas para o plantio, pois fazem parte do semi-árido nordestino.

Estudos apontam que a origem do que se notabilizou como produção da “Sulanca” teve início na passagem dos anos 1940 aos anos 1950, a partir do município de Santa Cruz do Capibaribe (LIRA, 2006; CABRAL, 2007). Comerciantes da região, ao deslocarem-se para Recife, levando produtos locais, como galinhas, queijo e carvão vegetal, passaram a retornar trazendo “retalhos de tecido”<sup>6</sup>, os quais vieram a ser utilizados, por costureiras locais, para a confecção de roupas e outras peças de uso doméstico (toalhas, lençóis, tapetes etc.), incrementando a venda desses produtos nas feiras locais (LIRA, 2006). As peças produzidas eram destinadas às populações mais pobres e tinham como principal atrativo os preços baixos. Na medida em que tal atividade foi se estabelecendo, constituindo uma clientela e incorporando novos produtores e vendedores, a demanda pelos retalhos ampliou-se, pressionando-a. Algumas fábricas da capital passaram a “cobrar o que antes era disponibilizado gratuitamente” (LIRA, 2006, p. 102). Os compradores de retalhos passaram a buscá-los em São Paulo e a atividade ganhou um novo impulso. Assim foi constituída a “Feira da Sulanca”<sup>7</sup>: “A sulanca ficou conhecida, então, como feira que possui produtos simples, de qualidade inferior e preços acessíveis a camadas da população de baixa renda” (LIRA, 2006, p. 102).

---

<sup>6</sup> Sobras de tecidos das fábricas de confecções.

<sup>7</sup> A denominação de “sulanca”, segundo consta na maior parte da bibliografia sobre o assunto, deriva de uma corruptela das palavras “sul” e “helanca”, se referindo às confecções produzidas com malhas vindas de São Paulo - do “Sul”. O fato incontornável, no entanto, está no que o termo passa a conotar, e não sobre o que originalmente denota: “sulanca” passa a designar aqueles produtos de baixa qualidade, de baixo preço, destinados a populações de baixa renda da região e entorno.

A produção e venda da “sulanca” cresceram, passando a envolver outros municípios da região, a exemplo de Toritama. Este havia se especializado, por influência de Caruaru, na produção de calçados desde os anos 1930, tendo esta se mantido como “uma produção bastante artesanal e destinada também a populações de baixa renda” (LIRA, 2006, p. 102). Na passagem aos anos 1980, enquanto a produção de “sulanca” se encontrava em forte ascensão em Santa Cruz, a atividade couro-calçadista se via em um franco declínio. A produção de calçados, principalmente os modelos de couro destinados às populações mais pobres, vinha sendo substituída por produtos sintéticos nacionais ou importados. Os produtores locais, sob a influência do que ocorria no município vizinho, então migraram para a produção de *jeans*, ao mesmo tempo em que se utilizaram das máquinas e equipamentos antes empregados na produção calçadista, tendo que adaptá-los (RAPOSO e GOMES, 2003; LIRA, 2006; MARTINS *et al*, 2009). Com isso, Toritama passa a compor a produção da “sulanca”, especializando-se na produção de *jeans*. No começo dos anos 2000, estimava-se que o município produzia algo como 15% da produção do *jeans* nacional, tendo-se tornado o “maior pólo de produção desse tipo de roupas do Norte e do Nordeste” (RAPOSO e GOMES, 2003, p. 11). Associadamente, desenvolveu-se no município o ramo das lavanderias, que é onde se realiza a lavagem, a amaciagem, o tingimento e a descoloração do *jeans*.

Quanto à Caruaru, embora sendo o município de maior destaque na região central de Pernambuco, contando já com outras atividades econômicas, inclusive do segmento de confecções, só veio a se integrar à produção e comercialização de produtos da “sulanca” na virada da década de 1970 (LIRA, 2006). À sua tradicional feira popular e às atividades de produção e comercialização de peças de artesanato<sup>8</sup>, em ambos os casos conhecidas nacionalmente, agregou-se uma das três mais importantes “Feiras da Sulanca” do Agreste Pernambucano (LIRA, 2006).

Para Cabral (2007), após uma primeira fase da atividade de produção da “sulanca”, marcada por um caráter predominantemente semi-artesanal e baseada no uso dos “retalhos” como matéria-prima principal, se estabeleceu, no final dos anos 1960, um primeiro impulso de modernização e de expansão produtiva e comercial. O elemento

---

<sup>8</sup> A produção artesanal típica de Caruaru, referenciada na cultura popular regional, se utiliza de matérias-primas diversas, mas sobretudo de argila. Por décadas, tem tido como principal inspiração a obra do Mestre Vitalino. O seu centro produtivo e comercial por excelência encontra-se no Alto do Moura, distrito do município de Caruaru, que se tornou um dos principais destinos turísticos do município. Ver a respeito, por exemplo, Lima (2002).

demarcador desse novo momento teria sido a incorporação de uma quantidade significativa de máquinas industriais de baixa rotação no processo produtivo, em substituição às máquinas manuais e elétricas domésticas: “coube à agência do Banco do Brasil de Santa Cruz a iniciativa de financiar 2.500 máquinas industriais” (CABRAL, 2007, p. 99). A busca por novos mercados teria sido uma exigência desse processo:

O financiamento das máquinas exigiu dos seus proprietários retornos financeiros necessários à amortização do capital. Uma maior receita viria de uma nova expansão dos mercados. Alguns proprietários endividados se lançaram numa aventura desesperada para o aumento das vendas, dentre os quais uma boa parcela não conseguiu pagar os compromissos assumidos (CABRAL, 2007, p. 99).

Inicia-se, com isso, a instalação na região dos primeiros atacadistas, fornecedores de tecidos e aviamentos para as atividades em expansão. A qualidade dos produtos começa a melhorar e consumidores de faixas de renda maiores passam a ser mirados. Surge a necessidade de ampliar a contratação de trabalhadores, seja diretamente, na forma de assalariamento, seja indiretamente, sob diversas formas de subcontratação.

Nos anos 1980, tais tendências consolidam-se, mesmo com a economia do país ingressando em um longo ciclo de crises. As atividades se ampliam, modernizam-se tecnicamente, conquistam novos mercados (ultrapassando o plano estritamente local, passando a atingir outras regiões do Estado e outros Estados da Região), incorporam cada vez mais novos contingentes de empreendedores e de trabalhadores. Surgem novos fornecedores, inclusive as primeiras revendedoras de máquinas (CABRAL, 2007).

Cada vez mais consolidadas, nos anos 1990, às atividades produtivas e comerciais passam a se associar crescentemente atividades de serviços diversos, referidos a *design*, a consultorias em técnicas produtivas, em gestão e em *marketing*, a eventos do segmento da moda, em âmbito regional, nacional e até internacional, à qualificação profissional, ao financiamento, à gestão pública dos territórios envolvidos (municipais e estaduais). Surgem as primeiras marcas próprias (ANDRADE, 2008).

Na medida em que tais atividades industriais, comerciais e de serviços - cada vez mais inconvenientemente designadas como “sulanca” - se projetam para fora do Estado, gradativamente foram envolvendo mais pessoas de Santa Cruz do Capibaribe, de Caruaru e de Toritama, assim como passaram a integrar populações de outros municípios do entorno, como Taquaritinga do Norte, Brejo da Madre de Deus, Jataúba,

Vertentes, Riacho das Almas, São Caitano, Surubim etc. e até do Estado vizinho da Paraíba (neste caso, a Região do Cariri Paraibano<sup>9</sup>).

O que até o início dos anos 2000 era conhecido por “Feiras da Sulanca”, passou a ser denominado, a partir de 2002, sob a ação de um conjunto de instituições e a liderança do Sindicato das Indústrias do Vestuário do Estado de Pernambuco - SINDIVEST e do SEBRAE, por “Pólo de Confecções do Agreste de Pernambuco” ou “Pólo da Moda de Pernambuco”. A partir de um convênio estabelecido, em 1997, com uma ONG alemã, a BFZ, e tendo em conta a afirmação das atividades produtivas e comerciais em confecções no Agreste, o SINDIVEST optou por instalar uma subsele na região. Daí resultou o “Projeto de Desenvolvimento do Pólo de Confecções do Agreste”:

Por volta de 2001, o presidente do SINDIVEST, por ter conhecimento das histórias dos APLs no Brasil e dos projetos que o SEBRAE fazia no Brasil em termos de Arranjos Produtivos Locais, ele, por ser sensível a isso, foi buscar desenvolver um grande projeto para o setor de confecções aqui nessa região. Contratou pessoas, economistas, pessoas interessantes, para formular um projeto que fosse adequado à realidade local e apresentou esse projeto ao SEBRAE, que a gente chamava de “Projeto de Desenvolvimento do Pólo de Confecções do Agreste”, e que foi extremamente aceito. Até então não se falava em APL aqui e o SEBRAE, de pronto, também comprou essa idéia de um projeto setorial que envolvia diversas entidades para o benefício comum, que era o setor de vestuário. O projeto envolvia um recurso de 2 milhões de Reais. Como logicamente era o SEBRAE quem estava portando o recurso, ele ficou comandando esse projeto, ficou como líder, coordenando todas as ações. Mas vale dizer que isso foi uma demanda dos empresários. Foi o setor produtivo através do seu sindicato patronal que apresentou esse projeto ao SEBRAE. Os principais parceiros signatários desse projeto foram: o SEBRAE, o SENAI, o SINDIVEST, o Governo do Estado e algumas associações (Entrevista de um ex-assessor do SINDIVEST e do SEBRAE, concedida a Eugênio Vital, em novembro de 2010).

O Projeto implicou em uma ampla campanha na mídia local e junto às associações empresariais. O propósito foi o de, em associação com um conjunto mais amplo de ações visando a modernização das atividades ali desenvolvidas, atuar também sobre a reelaboração de sua imagem, tanto para dentro, como para fora. Para isso, seria preciso desconstruir a marca “sulanca”, associada que sempre esteve a produtos de baixíssima qualidade. Operou-se uma reelaboração discursiva visando por no lugar da “Feira da Sulanca” o “Pólo de Confecções”; no lugar de “sulanceiro”, a denominação “empresário” ou “empreendedor”.

A esse processo associou-se, a partir de meados dos anos 2000, um outro, que, somados, concorreram decisivamente para uma reconfiguração na constituição do *Pólo*: a construção de gigantescos centros comerciais nas cidades de Toritama, de Caruaru e

---

<sup>9</sup> Conforme vem constatando a Mestranda Elaine Maurício Bezerra, do PPGCS/UFPE, com a pesquisa “O trabalho faccionado realizado pelas mulheres do Cariri Paraibano para o Pólo de Confecções do Agreste de Pernambuco”.

de Santa Cruz do Capibaribe, nessa ordem cronológica, por parte de investidores privados, contando com um apoio discreto dos poderes públicos municipais. O primeiro deles foi inaugurado em 2001, em Toritama, denominado *Parque das Feiras*. Por iniciativa de empresários do ramo da construção civil, este foi construído em uma área que atualmente ocupa 11 hectares, situada às margens da BR 104, deslocado do centro da cidade. Inicialmente foram oferecidos 875 boxes, com uma área de 3m<sup>2</sup>, cada um. Entretanto, alguns comerciantes compraram mais de um e os converteram em lojas. A procura foi tanta que dois anos depois foi disponibilizada a segunda etapa do empreendimento, contendo 110 lojas, ocupando uma área média de 25m<sup>2</sup>. Mais 1.518 barracas padronizadas foram construídas em seguida, para abrigar os *barraqueiros*, posicionados (nos dois dias de feira) na área externa do *Parque*, mas uma boa parte desses continua sem ocupação. Além dos espaços reservados às lojas, *boxes* e barracas, a área interna do Parque (Com cerca de 5 mil metros de área coberta) compreende ainda uma praça de alimentação, banheiros públicos, caixas eletrônicas, uma rádio comunitária e, na área externa, um estacionamento com capacidade para 2.000 veículos. Emprega 35 pessoas diretamente e abriga cerca de 2 mil pessoas nas unidades comerciais. Está em execução um projeto de ampliação. A gestão do *Parque* é de responsabilidade da Associação dos Lojistas do Parque das Feiras – ALPF, para a qual cobra uma taxa de condomínio<sup>10</sup>. O *Pólo Comercial de Caruaru*, por sua vez, foi construído em 2004, no Km 62 da BR 104, principal via de acesso para as cidades de Toritama e Santa Cruz do Capibaribe. Compreende uma área de 174 hectares, sendo 64 mil m<sup>2</sup> de área coberta e 3 mil vagas no estacionamento. Há 530 lojas destinadas aos produtos de confecção, além de *boxes* e quiosques. Abriga, ainda, uma praça da alimentação, um *call center*, outras lojas de produtos diversos (calçados, perfumaria, farmácia etc.), agências bancárias, entre outras instituições. Abrigava, até dois anos atrás, o *campus* da Universidade Federal de Pernambuco. Na área externa, foi instalado um superatacadado. Outros empreendimentos estão sendo projetados para o entorno<sup>11</sup>. O *Moda Center*, situado em Santa Cruz do Capibaribe, foi lançado em 2006. Objetivou substituir a “Feira da Sulanca”, que ocupava 28 ruas do centro da cidade, envolvendo cerca de 12 mil pessoas por semana (XAVIER *et al*, 2009). Afastado do centro, o *Moda Center* compreende atualmente 9.624 boxes e 707 lojas, além de banheiros, praças de

---

<sup>10</sup> Informações obtidas com a Entrevista dada pelo presidente da Associação dos Comerciantes do Parque das Feiras, a Eliana Moreira, Bruno Mota, Jéssica Sobreira e Renata Milanês, em outubro de 2010. Além desta fonte, nos utilizamos da bibliografia disponível, a exemplo de Andrade (2008), entre outras.

<sup>11</sup> Informações levantadas por meio da observação direta e de sites.

alimentação, dormitórios, estacionamentos, entre outras instalações. A exemplo do que ocorreu com o *Parque das Feiras*, os feirantes não absorvidos pelo *Moda Center* instalaram-se na sua área externa, nas mesmas barracas antes dispostas nas ruas da “Feira da Sulanca”<sup>12</sup>. As barracas, de madeira e lona, são montadas apenas nos três de feira (que acontecem aos domingos, segundas e terças-feiras). Como em Toritama, esses feirantes continuam sendo tratados por “sulanqueiros”<sup>13</sup>. Em Caruaru, os feirantes da “sulanca” continuam montando suas barracas na “Feira da Sulanca”, não tendo sido ainda desativada<sup>14</sup>. No caso do *Moda Center*, sua construção resultou de uma parceria entre a Prefeitura, o SEBRAE e comerciantes locais. Segundo Xavier *et al* (2009), em um ano os preços dos *boxes* e lojas subiram em média 300%. Semanalmente, os centros comerciais recebem dezenas de ônibus e milhares de carros particulares, trazendo compradores de tipos diversos (consumidores das áreas próximas e, sobretudo, pequenos, médios e até grandes comerciantes de várias regiões do país). Raposo e Gomes (2003) estimaram que, no começo dos anos 2000, frequentavam as feiras desses três municípios cerca de 45 mil pessoas por semana, concentrando-se nas segundas, terças e quartas.

Não há dados precisos sobre o *Pólo*. O caráter predominantemente informal dos empreendimentos e das relações de trabalho dificulta muito a produção de informações por órgãos oficiais. Estimativas de Raposo e Gomes (2003)<sup>15</sup> indicavam, no começo dos anos 2000, a existência de algo em torno de 12 mil unidades produtivas, dentre as quais apenas 8% eram formalizadas. Ao todo empregavam, direta e indiretamente, por volta de 76 mil pessoas e produziam 57 milhões de peças por mês (principalmente, moda infanto-juvenil, moda feminina, *jeans*, moda masculina, moda íntima, moda praia, moda esportiva, cama e mesa, demanda profissional, entre outros). O faturamento, em conjunto, totalizava os R\$ 144 milhões. Estudo da FUNDAJ (2008) complementa: “Em 2003, a RAIS registrou a existência de 5.450 pessoas registradas com carteira de trabalho nos três municípios, o que representa apenas 7% do contingente de ocupados, estimado pela pesquisa da FADE/UFPE”.

---

<sup>12</sup> No *Parque das Feiras*, aglomeram-se nos dias de feira, na área externa, sob uma gestão precária da Prefeitura, cerca de 2 mil barracas (conforme entrevista dada pelo presidente da ALPF a Eliana Moreira, Bruno Mota, Jéssica Sobreira, Renata Milanês, em outubro de 2009).

<sup>13</sup> Em Toritama há, inclusive, a Associação dos Feirantes da Sulanca de Toritama – AFEST.

<sup>14</sup> A “Feira da Sulanca” de Caruaru funciona no Parque 18 de Maio, no centro da cidade, onde também se localiza a “Feira Livre”, a “Feira do Artesanato” e a “Feira dos Importados”.

<sup>15</sup> Até o momento, trata-se da pesquisa mais ampla realizada sobre o *Pólo*, como um todo.



Segundo dados da Secretaria de Planejamento e Gestão do Governo de Pernambuco, entre 1999 e 2008, o Produto Interno Bruto (“a preços de mercado”) dos principais municípios do *Pólo* evoluiu positivamente conforme segue: Caruaru – 198,0% (se mantendo como o 7º PIB do Estado, entre 2004 e 2008), Santa Cruz – 237,6% (passando do 23º ao 19º PIB do Estado, entre 2004 e 2008) e Toritama – 310,4% (ascendendo do 60º ao 55º PIB do Estado, entre 2004 e 2008), enquanto Pernambuco, para o mesmo período, registrou um crescimento de 183,1%<sup>16</sup>.

Conforme Xavier (2006), 91,7% da população trabalhadora de Toritama está vinculada às atividades do *Pólo*, enquanto para Santa Cruz esse percentual é de 70%. A Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, realizada na região de Caruaru e Entorno (abrangendo os municípios do *Pólo*), de setembro a novembro de 2006, por meio de parceria entre o Ministério do Trabalho e Emprego e o DIEESE, envolvendo uma amostra de aproximadamente 4.500 domicílios, evidenciou, em comparação com a Região Metropolitana do Recife, uma “maior participação de sua População em Idade Ativa em atividades laborais, menor nível de desemprego, maior parcela da ocupação inserida na indústria de transformação, em ocupações autônomas e sem registros formais, bem como baixos níveis de rendimentos” (DIEESE, 2010, p. 09). Conforme a mesma pesquisa, se mantêm como muito baixos os indicadores de escolarização da população da região: “56,8% da PEA não completou o ensino fundamental e apenas 4,6% têm o 3º grau completo” (DIEESE, 2010, p. 13). Ao mesmo tempo, os trabalhadores com níveis de escolarização mais baixos se concentram principalmente na indústria de transformação. Quanto às relações de trabalho, a pesquisa apontou:

Dos 220 mil ocupados na Região de Caruaru e Entorno, segundo formas de contratação, os trabalhadores contratados representam 55,2% e os trabalhadores independentes, 28,5%. Entre os contratados destaca-se a significativa participação das contratações flexibilizadas que representam 31,2% do total de ocupados, ou seja, quase um terço dos vínculos podem ser considerados flexíveis. Enquanto as contratações formalizadas apresentaram uma proporção de 24,0% (DIEESE, 2010, p. 25).

O *boom* econômico que o país está vivendo, desde 2004, o qual tem tido importantes impactos sobre Pernambuco, na forma sobretudo de diversos projetos estruturantes, também pode representar um novo impulso à consolidação do *Pólo*<sup>17</sup>. Conforme Viana *et al* (2008, p. 10):

Com a implantação da Ferrovia Transnordestina, tem-se a possibilidade da criação de alternativa logística para o algodão do Centro-Oeste, fator importante para o aumento da

<sup>16</sup> <http://www.condepefidem.pe.gov.br> (acesso em fevereiro de 2010).

<sup>17</sup> Ver a respeito das potencialidades e desafios atuais da economia pernambucana, por exemplo, Lima, Sicsú e Padilha (2007).

competitividade da indústria nordestina de confecções. A vinda da Refinaria para o Estado de Pernambuco possibilitará a criação do Pólo de Poliéster do Nordeste que será formado por três empreendimentos industriais a serem implantados pela Petrobrás e pelo grupo italiano Mossi & Ghisolfi (M&G) associado a uma fábrica de tecidos sintéticos finos do grupo coreano Kabul Synthetics Fiber, que investirá US\$ 45 milhões. Também em Pernambuco, está sendo implantada uma unidade fabril verticalizada para produção de fibras sintéticas, denominado Projeto CITEPE (Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco). Este se configura como projeto integrado entre o setor têxtil e o setor petroquímico que será produzido pela Petroquisa (braço petroquímico da Petrobrás) e a Companhia Integrada do Nordeste – CITENE (associação das empresas Vicunha Têxtil, FIT e Polyenka) em que será utilizado poliéster fabricado segundo os padrões asiáticos de competitividade e com previsão de funcionamento para 2010.

### *Sobre as Dinâmicas Configuradoras do Pólo*

Feita essa breve reconstituição da trajetória do *Pólo*, passemos a seguir a algumas hipóteses demarcadoras de como interpretar tal fenômeno. O que nos propomos adiante é tão somente indicar, sobre a constituição inicial, o desenvolvimento e a configuração adquirida pelo *Pólo*, aspectos que definem suas principais características, sugerindo com isso pistas de investigação.

### A constituição original do Pólo se fez como um processo “autônomo”

Esse fenômeno - de industrialização de uma região a partir de condições tão adversas, como as do Agreste Pernambucano, sem contar com aporte exógeno de capital e de tecnologia, em plena passagem dos Séculos XX ao XXI (nunca dantes tão dominado pelo grande capital<sup>18</sup>); nem com um estoque de força de trabalho especializada (em plena afirmação da “era do conhecimento”<sup>19</sup>); nem tampouco com incentivos e suportes por parte do Estado - só foi possível porque contou com a iniciativa, a perseverança e a criatividade de homens e mulheres pobres (poucos, no início; cada vez mais, na sequência; milhares e milhares, atualmente). A esses jamais se apresentaram outra opção, senão a luta tenaz e cotidiana pela estrita reprodução da sobrevivência. Para alguns, entre esses, que nesse processo foram se diferenciando dos demais e se distanciando dessa condição inicial, se colocou um algo mais, uma chance de ascender a um padrão de consumo mais sofisticado, assim como de incorporar uma dinâmica propriamente de acumulação de capital.

O *Pólo* não surgiu das políticas de incentivo da SUDENE (que, nos termos de Oliveira, 1981, se orientou para a priorização do grande capital como fator por

---

<sup>18</sup> Ver, por exemplo, Chesnais (1996).

<sup>19</sup> Conforme a controversa tese propugnada, entre outros, por Bell (1973).

excelência da industrialização do Nordeste e de sua integração à economia nacional e internacional), nem da recente “guerra fiscal” - que, conforme Britto e Cassiolatto (2000) e Lima (2002), foi um importante fator, nos anos 1990, de deslocamento de plantas industriais das áreas mais industrializadas do país para regiões menos industrializadas. Para Lima (2002), com o esgotamento da política de industrialização regional, conduzida por intermédio da SUDENE, o Estado continuou garantindo as condições de acumulação e reprodução do capital, entretanto passando a fazê-lo de forma descentralizada. O Ceará, dentre os estados nordestinos, saiu na frente:

O estado passou a investir nos setores industriais, afetados diretamente pela concorrência internacional provocada pela abertura econômica iniciada no governo Collor: confecções, calçados, metalurgia e eletro-eletrônicos. Enviados do governo procuraram empresas do sul-sudeste do país oferecendo uma série de vantagens para se transferirem para o Ceará: infra-estrutura, prédios, isenção fiscal, mão-de-obra abundante, treinamento e qualificação de trabalhadores e a possibilidade de terceirização da produção em cooperativas (LIMA, 2002, p. 52).

Britto e Cassiolatto (2000, p. 02), se referindo ao movimento de realocação de plantas industriais ocorrido no país nos anos 1990, apontaram que um dos principais efeitos do que ficou denominado como “guerra fiscal” foi o deslocamento de empresas do Sul e do Sudeste para o Nordeste:

Nos estados do Nordeste, destaca-se a atração de empresas de setores tradicionais para pólos industriais da região, em decorrência dos incentivos fiscais concedidos e da dotação favorável de recursos locais, em especial o baixo custo da mão de obra. No Ceará, destaca-se a atração de empresas têxteis e de vestuário para a região metropolitana de Fortaleza, enquanto, no caso baiano, a mesma tendência pode ser captada para o setor produtor de calçados.

Entretanto, nem uma nem outra estratégias (SUDENE e “guerra fiscal”) tiveram repercussão direta sobre a emergência e desenvolvimento do *Pólo*. Some-se a isso o fato de que, em não se tratando de uma região metropolitana, não pôde contar com os benefícios que tais propiciam ao desenvolvimento industrial.

Cabral (2007, p. 116) chama a atenção, na trajetória do *Pólo*, para o papel que nela tem tido os “agentes individuais”, não obstante “o meio e as condições onde vivem”:

A formação do aglomerado se deu de forma autônoma, sem que, pelo menos diretamente, em sua trajetória, houvesse intervenções de políticas públicas determinantes (...) Personagens pioneiros, no município de Santa Cruz do Capibaribe, ajudaram a construir um novo território, com novos significados sociais, econômicos e políticos, numa área que, a princípio, de outra forma estaria condenada à estagnação, como ocorre com a maioria dos municípios do semi-árido nordestino (CABRAL, 2007, p. 234).

Um confeccionista atuante em Toritama (em depoimento à FUNDAJ, 2008), perguntado sobre a que atribuía o sucesso do *Pólo*, assim se colocou:

O fator aí é teimosia dos empresários daqui, o pessoal aqui é teimoso ao extremo, as coisas dão errado e eles vão em frente, dão errado e eles vão em frente, até que uma hora dê certo. Parece aqueles agricultores do passado que todo ano plantavam, todo ano perdiam, mas eles diziam: "ano que vem vai chover e a gente lucra ". Então, a gente está numa região inóspita que não tem infra-estrutura, que não tem nenhuma promoção adequada à divulgação do mercado, mas mesmo assim existem pessoas aguerridas que lutam bravamente para fazer valer as suas opiniões e fazer prosperar sua atividade. Resultado, terminou se consolidando um pólo de confecções aqui na região e esse pólo de confecções se firmou sem nenhuma intervenção direta das três esferas do Governo. Os governos depois foi que perceberam que havia aqui uma atividade pujante que gerava emprego, gerava renda, que era um diferencial para o Estado e para a região, que não tinha nenhuma ação deles. Então eles disseram "olha, vamos ajudar".

Por outro lado, tal fenômeno teve, como condição de possibilidade, uma característica da indústria de confecções, a qual permite novos ingressos com pouco capital, na forma de pequenas unidades produtivas e ou comerciais, ou até de nenhum, por meio do trabalho autônomo, como aconteceu mais amplamente no caso do *Pólo*. Com tal percepção, Viana *et al* (2008, p. 05, citando contribuição de GOULARTI e JENOVEVA, 1997) destacaram o que consideram as características da indústria de confecções que teriam concorrido para o sucesso econômico do *Pólo*<sup>20</sup>:

O baixo impacto das inovações técnicas: embora nos anos recentes muitos avanços tecnológicos tenham ocorrido nas áreas de modelagem, corte e costura, as suas aplicações, porém, se restringem às grandes empresas, ou à produção de vestuário padrão, cuja produção em escala justifica os elevados custos com tais investimentos; Estrutura industrial altamente heterogênea: muito influenciada pelo tipo de produto fabricado, na qual predomina a existência de pequenas unidades de produção e a elevada competição devido às mudanças da moda e ao ciclo sazonal de produção, principalmente no ramo do vestuário feminino, cuja obsolescência programada do produto contribui para expandir ainda mais o mercado; O processo de produção da indústria de confecções do vestuário é altamente divisível: ou seja, pode ser paralisado em uma multiplicidade de pequenas tarefas, cujo sucesso dependerá do grau de controle administrativo, embora tal diversidade seja mais difícil nas pequenas empresas; O ciclo de vida dos produtos faz com que seja ressaltada a importância fundamental das formas de comercialização ou marketing para alcançar o sucesso do empreendimento, particularmente nas áreas em que a moda acaba diminuindo a vida comercial do produto.

Desse modo, o *Pólo* não foi senão resultado da ação “espontânea”, “autônoma”<sup>21</sup>, de homens e mulheres habitantes da região, movidos pela necessidade de buscar alternativas às adversas condições de trabalho e de vida a que sempre estiveram submetidos. Com o seu desenvolvimento, no entanto, foi estabelecendo conexões com os mercados capitalistas (na venda de produtos, na compra de insumos, na busca de

---

<sup>20</sup> São características já destacadas, anteriormente, por exemplo, por Abreu (1986).

<sup>21</sup> Optamos por manter as aspas pelo caráter obviamente relativo, de ambos os termos, conforme seus sentidos dados aqui.

crédito, na demanda por serviços diversos etc.) e, conseqüentemente, com as dinâmicas de acumulação de capital, em suas diversas escalas de realização. Ao mesmo tempo, vem crescendo o envolvimento de instituições públicas e privadas, dotando o *Pólo* de processos mais sofisticados de interações internas e externas.

As atividades do *Pólo*, apesar das mudanças recentes, mantêm-se com caráter predominantemente familiar, domiciliar e informal e o trabalho, precário

Ao surgir da iniciativa de homens e mulheres pobres, a partir de uma atividade originalmente incorporada ao fazer doméstico (a costura de peças do vestuário e de cama e mesa), se utilizando de materiais muito simples e, inicialmente, sem valor comercial (conhecidos como “retalhos”), articulando-se por meio de relações de tipo familiares, de vizinhança e de amizade, destinando seus produtos para mercados estritamente populares (as “Feiras da Sulanca”), tendo, com a sua expansão e desenvolvimento, se inserido em um segmento industrial, o de confecções, com histórico de associação (no mundo e no Brasil) ao trabalho a domicílio, *faccionado* e precário, o *Pólo*, e a dinâmica que veio a constituir ao longo de sua trajetória, incorporou essas como suas marcas distintivas, constituindo-se de atividades (trabalho e gestão) caracteristicamente de tipo *familiar, domiciliar e informal*.

Conforme indicado antes, a possibilidade da subdivisão da produção, nos termos em que historicamente ocorreu no *Pólo*, foi um fator decisivo para o seu sucesso econômico e social. Foi o que constatou Raposo e Gomes (2003, p. 21-22):

No caso das indústrias localizadas no Agreste, centradas no mercado de Caruaru, uma opção que se mostrou viável foi subdividir a produção em microunidades que fornecem as partes principais para a montagem da peça. Este tipo de estratégia possibilita uma grande redução de custos, à medida em que reduz o tamanho da planta principal, que se ocupa, unicamente, da montagem final. Todavia, o processo é rentável na medida em que as microunidades são basicamente familiares e operando em termos informais. O problema central é que o processo não pode ser padronizado e a qualidade final do produto fica comprometida.

Os referidos autores constataram que as atividades do *Pólo* foram mantidas em bases predominantemente familiares, com a gestão conservada, em geral, nas mãos do próprio proprietário, contando-se, na implementação das diversas tarefas (produção, gerenciamento e vendas), quase sempre com uma decisiva participação dos membros da família: “em 83,3% das empresas pesquisadas trabalham pelo menos mais uma pessoa da família” (RAPOSO e GOMES, 2003, p35).

Há claras evidências de que certas alterações nos padrões de gestão e de contratação vêm sendo observadas, no sentido da incorporação de técnicas administrativas mais afins aos procedimentos capitalistas<sup>22</sup>. Entretanto, tais inovações não têm impactado decisivamente na caracterização dessas como atividades de tipo familiar e informal. Quanto a isso, Araújo e Oliveira (2006, pp. 04-06) comentam:

(...) à exceção da Rota do Mar, que é uma empresa de maior porte, melhor estruturada e que já adota algumas práticas administrativas mais modernas, prevalece o empirismo e a adaptação às mudanças ambientais, tendo por principal sustentáculo a experiência e a intuição do empresário.

À ampla preponderância das atividades de tipo familiar se associou, historicamente, no *Pólo*, o trabalho domiciliar, ou seja, aquele que, embora de caráter remunerado, é realizado no lugar de moradia, no espaço familiar<sup>23</sup>. Sob a forma de “facções” (atuando sobre fases pontuais do processo produtivo) e o expediente da subcontratação, tornou-se possível a milhares de homens e mulheres, por meio de diversas combinações com a produção em “fabricos” e “fábricas” e a comercialização em feiras e centros comerciais<sup>24</sup>, inserirem-se produtivamente nessa que se tornou a maior oportunidade de geração de trabalho e renda da região do Agreste Pernambucano. De acordo com Lira (2006, p. 108),

(...) em Santa Cruz do Capibaribe era comum confeccionistas da área urbana emprestar máquinas a mulheres da área rural, para que estas participassem da produção de confecções. Isto disseminou o trabalho domiciliar, tanto na área rural como urbana. Muitas costureiras costuram por produtividade e envolvem todos os membros da família para a complementação da renda.

Se, como observou Abreu (1986), o segmento de confecções continua dependente da associação entre a máquina de costura e o trabalho da costureira<sup>25</sup>,

---

<sup>22</sup> Conforme depoimento de um gestor de uma fábrica formal do *Pólo*, à Lucena e Oliveira (2006, p 06): “Hoje nós já temos o pessoal de recursos humanos, pessoal da contabilidade, da expedição...”.

<sup>23</sup> Sobretudo na forma de “facções” e “fabricos”, as atividades são desenvolvidas nas garagens, nas varandas, nas salas, nos fundos de quintal, em pisos anexos às casas ou em todos os compartimentos das habitações dos confeccionistas. Caminhando pelas ruas dessas cidades, é possível se encontrar situações como essas com enorme frequência. “Fabricos” maiores é comum que se instalem em várias casas de uma mesma rua, entre elas encontrando-se muitas vezes a do dono e outras de familiares “faccionistas”. As “fábricas” vão se instalando em terrenos à parte, normalmente ocupando áreas bem maiores, sendo dotadas de infra-estruturas bem mais adequadas a tais tipos de atividades.

<sup>24</sup> Os produtores, normalmente organizados em unidades familiares, quase sempre são os mesmos que, nas “feiras da sulanca” ou nos centros comerciais, realizam a venda desses produtos. Conforme Lira (2006, p. 107), “os feirantes, entre uma feira e outra, se ocupam da fabricação das confecções e isto elimina o papel do intermediário entre o processo produtivo e o de comercialização”.

<sup>25</sup> No caso do *Pólo*, destaca-se o fato de que, ao lado das mulheres, é amplamente comum o envolvimento de homens também na costura, assim como em outras atividades, como corte, bordado, acabamento etc. No que se refere à estampa, caracteriza-se como uma atividade mais específica para homens, conforme observamos *in loco*. O estudo de Elaine Barbosa está tratando sobre as implicações dessas reconfigurações que vêm ocorrendo no *Pólo* quanto às relações de trabalho e gênero.

mesmo quando ocorreram amplos processos de modernização no setor, mais ainda se pode observar tal dependência quando se trata, como no caso do *Pólo*, de uma experiência caracteristicamente pouco intensiva em capital e tecnologia.

As atividades do *Pólo*, realizadas em regime familiar e domiciliar, afirmaram-se sob a égide da *informalidade*, justapondo e confundindo redes de relações, ao mesmo tempo pessoais e profissionais. Raposo e Gomes (2003) estimaram para Caruaru a existência, em 2002, de 380 “empresas” formais e 2.000 informais, compreendendo 6,5 mil empregos formais e 10 mil informais. Para Santa Cruz do Capibaribe, a estimativa ficou em 431 e 7.134 “empresas” e 7 mil e 33,2 mil empregos, respectivamente. Enquanto que, para Toritama, haviam 176 “empresas” formais e 2.020 informais e 4,9 mil empregos formais e 15,1 mil informais.

As condições de trabalho, sob tais circunstâncias, se mantêm como predominantemente precárias. Conforme observou Lira (2006, PP. 109-110), “as pessoas que trabalham por produtividade possuem jornadas intensas, chegando a 14 ou 15 horas, por dia. Como também, as mulheres que trabalham fora de casa, não possuem creches para deixar seus filhos, trazendo outros problemas sociais”. A mesma autora acrescenta (LIRA, 2006, p. 111): “Também vemos pouca ação do Estado na exigência do respeito à legislação trabalhista. O uso constante de mão-de-obra infantil, falta de cuidados com a saúde dos trabalhadores, por causa de produtos tóxicos e outros desrespeitos às condições de trabalho, não são fiscalizados”<sup>26</sup>. Conforme estudo do Dieese (2010, p. 50), se referindo aos trabalhadores formais (captados pela RAIS e CAGED), “quase a totalidade dos trabalhadores do setor têxtil do agreste pernambucano recebem até 1,50 salário mínimo, sendo que grande parte (85,1%) recebe entre 1,01 e 1,50 SM”. A pesquisa FUNDAJ (2008, p. 117) chama a atenção para a baixa proteção social (carteira assinada e contribuição previdenciária). Por outro lado, alerta: o que poderia parecer uma virtude, na verdade se constitui em um problema. E explica:

taxas de atividade e ocupação tão elevadas, como as observadas em Toritama, indicam que praticamente todos (homens, mulheres, crianças, idosos etc.) trabalham. Quase não existe população inativa no município. De imediato surgem três questões: quem cuida da reprodução social em Toritama? Crianças e jovens conseguem combinar trabalho e educação? E os idosos? O próprio Censo Demográfico de 2000 já acusava o trabalho de menores de 16 anos em Toritama. Segundo essas informações, 22,9% dos indivíduos com idades entre 10 e 15 anos trabalhavam na cidade, em outras palavras, mais de duas a cada

---

<sup>26</sup> Sobre a ação do Poder Público Local, particularmente em Santa Cruz do Capibaribe, vem sendo desenvolvido pesquisa de Patrícia dos Santos Melo, Mestranda do PPGCS/UFCG, intitulada: “Incidência das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda junto às mulheres atuantes no Pólo de Confecções do Agreste de Pernambuco”.

cinco crianças/adolescentes trabalhavam no município no ano de 2000 (FUNDAJ, 2008, p. 118).

Uma vendedora atuante no *Parque das Feiras*, perguntada sobre se havia alguém da família desempregada, respondeu que não e acrescentou: “Até os sobrinhos pequenininhos trabalham. Tem um menino de 10 anos e uma menina de 13, vão pra escola, mas quando voltam tem sempre umas pecinhas pra limpar, o fabrico é em casa e eles ajudam” (Entrevista de vendedora assalariada 1, dada a Renata Milanês, em outubro de 2010).

A dinâmica do trabalho, quanto a horários, tamanhos das jornadas, regime de contratação, formas de pagamento se caracteriza pela total flexibilidade. São, esses, em geral, aspectos bastante afetados ao longo do ano, em função do caráter sazonal da atividade (tendo como momentos fortes o período natalino, o período carnavalesco e as festas juninas). O regime de ganho por produção, para os trabalhadores assalariados, associado à ampla disseminação de diversas formas de trabalho autônomo e de formas de subcontratação, tudo em conjunto, inibem uma pressão efetiva dos trabalhadores no sentido da formalização das relações de trabalho. Alguns sinais de formalização das unidades produtivas e das relações de trabalho vêm sendo observados<sup>27</sup>, mas até o momento sem maiores repercussões (LIMA e SOARES, 2002).

### O desenvolvimento do Pólo reconfigurou a dinâmica urbano-rural na região

Um dado relevante, quanto à dinâmica de ocupação territorial trazida com a expansão das atividades do *Pólo*, se refere ao modo como este foi, ao longo do tempo, compondo e recompondo os espaços rural e urbano. Quanto mais se afirmou, mais exerceu um efeito de atração sobre pessoas residentes em outras regiões, gerando fluxos de imigração, vindo do campo para a cidade, do Sertão para o Agreste, do Sudeste para o Nordeste (neste caso, invertendo-se, para muitos, a direção do histórico caminho de ida de nordestinos para aquela Região). Para a FUNDAJ (2008, p. 106), se referindo a Toritama, “a população ocupada no setor de confecção divide-se entre 60% de migrantes e 40% de não migrantes”. No que se refere ao novo fluxo migratório de retorno do Sudeste para o Agreste de Pernambuco, a mesma constata:

a presença de São Paulo entre as principais cidades de naturalidade dos migrantes é um fato relevante. Da mesma forma que tem sido observado o aumento dos fluxos de retorno

---

<sup>27</sup> Conforme vem pesquisando Juliana Pereira, Mestranda do PPGCS/UFCG, com o projeto: “O Programa Empreendedor Individual e as estratégias de formalização das atividades econômicas no Pólo de Confecções do Agreste Pernambucano”.



dos naturais do Nordeste, principalmente voltando do Sudeste, também a migração de filhos de nordestinos que residiam em outras regiões tem sido registrada. Assim, existe forte probabilidade de que estas pessoas que declararam terem nascido em São Paulo sejam ‘migrantes retornados’ à região de nascimento de seus pais (FUNDAJ, 2008, p. 106).

Conforme Lyra (2005, p. 145), “surpreendentemente, essa região ultrapassa em termos de volume e taxa média anual de migração de retorno a Região Metropolitana do Recife - o pólo mais dinâmico do Estado - onde se esperaria encontrar uma maior atratividade de retornados”.

Quanto ao movimento do campo para a cidade, alguns estudos apontam a sua importância, na forma de um fluxo de pessoas, mas também de recursos, para os primeiros impulsos constitutivos do *Pólo*, a exemplo de Lira (2006, p. 103), que assim comentou: “O êxodo rural, onde muitas famílias vendiam seus sítios e partiam para as cidades também gerou o capital para se iniciar, em alguns casos, a produção da sulanca”. Em contrapartida, tem quem também constate, como Castilho (1985, p. 279, *apud* LIRA, 2006, p. 103), se referindo mais especificamente a Toritama, um fluxo de retorno no movimento campo-cidade, neste caso não de pessoas e recursos, mas tão somente de parte dos recursos produzidos e acumulados nas atividades de confecção:

Alguns produtores de confecção e de calçado vêm investindo no campo, na aquisição de terras e na introdução de uma pecuária moderna. Tal fato pode ser entendido como um processo de “devolução ao campo” do capital anteriormente transferido da agricultura para a indústria. Isto porque a origem do capital de muitos fábricas existentes na cidade está no campo, uma vez que muitos produtores que ingressaram na indústria de Toritama foram agricultores que venderam seus sítios para investir na produção de calçados e de confecção.

A constituição do *Pólo* se fez, assim, sob uma dinâmica relação entre o *rural* e o *urbano*. De um lado, é flagrante a intensa urbanização sofrida pelas principais cidades do *Pólo*, resultante da concentração de populações - vindas das áreas rurais e urbanas do entorno e de outras regiões, assim como oriundas dos fluxos migratórios de retorno do Sudeste - e de atividades produtivas, comerciais e de serviços, sobretudo referidas às confecções, mas também relacionadas com outros setores da economia, atraídas pelas novas oportunidades criadas. Além de Caruaru, que já era um centro urbano de porte médio antes da emergência do *Pólo*, Santa Cruz e Toritama foram os municípios do Agreste que mais fortemente se urbanizaram. Segundo dados do IBGE, em 2010, a população considerada urbana de Santa Cruz chegou a 97,7% dos 87.538 habitantes. Quanto a Toritama, atingiu, no mesmo ano, 96,0%, de 34.198 habitantes. Caruaru chegou a 88,3%, de 314.951 habitantes. Enquanto para o Estado de Pernambuco,

também em 2010, a população considerada urbana não passou de 80,0% do total. Note-se, ainda, que, segundo a mesma fonte, entre 1991 e 2010, a taxa de crescimento da população de Caruaru foi de 47,4%, para Toritama foi de 128,4% e para Santa Cruz, de 139,0 %. Em contraste, para Pernambuco foi de 23,4% e para o Brasil, de 29,9%.

Por outro lado, particularmente a ampla disseminação da prática do trabalho *faccionado* e domiciliar possibilitou em parte a preservação dos espaços rurais, ao mesmo tempo em que colocou sob novos padrões suas conexões com o espaço urbano. A preservação/ressignificação dos espaços rurais ocorre também em função de uma migração de tipo “pendular”:

Ao buscarem novas estratégias de inserção ocupacional, as pessoas alteram o modo tradicional como se processavam as migrações, quando os movimentos de média e longa distância correspondiam a mudanças definitivas de residência. Como consequência, surge a pendularidade e outras novas modalidades de movimentos populacionais, que poderiam ser traduzidas como novas faces derivadas do processo de desenvolvimento dos movimentos migratórios. É este o processo e suas derivações que se verifica em Toritama, pois se percebe que boa parte dos trabalhadores reside em cidades e zonas rurais de municípios vizinhos, deslocando-se diariamente para Toritama, a fim de exercerem suas atividades (FUNDAJ (2008, p. 98).

O desenvolvimento do *Pólo* foi, portanto, não só convertendo populações e áreas rurais em urbanas. Em alguma medida também implicou - especialmente nas fronteiras de expansão de suas atividades<sup>28</sup> - na integração do *rural* à sua dinâmica social e econômica. Sob tais condições, em certas áreas do entorno dos centros produtivos e comerciais que o constituem e sob certas formas de articulação entre o rural e o urbano, vêm se estabelecendo complexas relações envolvendo as novas atividades referidas ao segmento de confecções e as antigas atividades historicamente inseridas na dinâmica da agricultura de subsistência.

#### O Pólo se constituiu como um aglomerado produtivo e comercial

A produção da “sulanca”, iniciada em Santa Cruz do Capibaribe e, com o tempo, difundida por dezenas de cidades do Agreste, tiveram como principais pontos de articulação entre si e de visibilização interna e externa as três “Feiras da Sulanca”, as quais se desdobraram em três centros comerciais. Desde o início e ao longo de sua trajetória, têm sido intensas e cada vez mais complexas as interações (pessoais, familiares, comerciais, de trabalho, muitas vezes se processando misturas várias dessas dimensões) que foram se estabelecendo entre “sulaqueiros” e “sacoleiros”, entre donos de “fabricos” e “faccionistas”, entre os “feirantes” atuantes nas “Feiras da Sulanca”,

---

<sup>28</sup> Conforme vem evidenciando o estudo de Elaine Bezerra, já referido aqui.

entre os comerciantes nos espaços dos centros comerciais, entre os “empreendedores”/“empresários” (diretamente e por meio das associações empresariais), entre fabricantes e fornecedores (neste caso, de “retalhos” a produtos importados), entre fabricantes e prestadores de serviços (cada vez em áreas mais diversas), entre “empresários” e instituições públicas e privadas (que passam a operar diversas e crescentes mediações), envolvendo as diversas cidades inseridas na geoeconomia do *Pólo*. Raposo e Gomes (2003, p. 27) observaram que:

43.3% dos que comerciam na feira de Caruaru residem em Toritama, 59.3% dos comerciantes da feira de Santa Cruz do Capibaribe residem na própria cidade e, dos comerciantes da feira de Toritama, 47.7% residem em Caruaru. Esses dados revelam o grande movimento dos comerciantes entre as três cidades do *Pólo*.

Sob diversas e complexas formas de cooperação e de competição se constituiu o *Pólo*. Estudo de Martins *et al* (2009) buscou identificar o quão consistente têm sido os laços estabelecidos pelas unidades empreendedoras locais frente àquelas pertencentes a outras cadeias produtivas. O referido estudo considerou as redes familiares e pessoais, assim como as redes com fornecedores locais, clientes e outros empreendedores, como “nós fortes”, enquanto as relações com associações, órgãos governamentais, organizações não governamentais, instituições de ensino e de pesquisa, consultores, fornecedores externos etc., como “nós fracos”, ainda. Andrade (2008, p. 168) também chama a atenção para as fragilidades da dimensão da cooperação na dinâmica interna do *Pólo*, especialmente no que se refere ao papel nele desempenhado pelos próprios empreendedores: “cabe destacar que a rede de relações sociais dos empresários da aglomeração de Toritama é incipiente, ou seja, não há uma visão empresarial da importância de ações cooperadas definidas para enfrentar as dificuldades comuns, bem como para o desenvolvimento da eficiência coletiva”. Ao mesmo tempo, a autora evidencia a fragilidade histórica da ação do Estado frente ao *Pólo*: “a indústria de confecções cresceu sem estrutura, uma vez que não houve qualquer tipo de incentivo público. Situação que não difere muito da realidade atual, onde, quando muito, as políticas públicas são criadas de modo a solucionar problemas pontuais” (ANDRADE, 2008, p. 170). Tandler (2002, *apud* FUNDAJ, 2008), em estudo realizado na passagem aos anos 2000, sobre Toritama, formulou a tese do “pacto do diabo”, assim reproduzida em FUNDAJ (2008, p. 07):

até 2001, apesar de o governo do estado saber da existência da aglomeração de Toritama, não existia nenhum programa específico a apoiá-la. Isto porque os governantes consideravam que a informalidade da região era sua única fonte de competitividade, ou seja, eles acreditavam que se o Estado interviesse na aglomeração, que implicaria na

necessidade das empresas se formalizarem, as perdas acarretadas às empresas por terem que pagar tributos seriam maiores que os ganhos que poderiam ser levados pelo Estado em programas de apoio à aglomeração. O pacto do diabo seria então o de os empresários não exigirem nada do governo e continuarem votando em seus políticos, enquanto que o governo não iria fazer fiscalizações dirigidas para a coleta de impostos.

Estudos como Tendler (2002), Noronha e Turchi (2007), Andrade (2008), FUNDAJ (2008), Martins *et al* (2009), entre outros, têm em comum o fato de abordarem o *Pólo* sob o prisma de um referencial teórico apoiado nos conceitos de *cluster*, *arranjo produtivo local* (APL) e noções afins. Partem do pressuposto de que “mesmo sendo socialmente desejável, não necessariamente uma aglomeração se transformará em um APL ou Cluster” (FUNDAJ, 2008, p. 07). Procedem, em geral, de modo a avaliar em que medida o *Pólo* avançou na direção de um *cluster*, de um APL.

Noronha e Turchi (2007, P. 251) tomam a noção de APL como uma “tradução simplificada de *cluster*, inclusive na ambigüidade que o termo em inglês envolve”. Destaca, desta última, dois critérios essenciais: a especialidade da produção e a delimitação espacial. Mas os tem como “minimalistas” e a esses incorporam mais dois outros critérios, propostos pela REDESIST<sup>29</sup>: a idéia de interação entre as empresas e a presença ativa de associações privadas ou sindicais e órgãos governamentais.

A emergência, nos anos 1980, do debate internacional sobre *clusters*, distritos industriais, desenvolvimento local, no rastro da crise do modelo *fordista* e da emergência de experiências como a da *Terceira Itália*<sup>30</sup>, repercutiu no Brasil sobretudo nos anos 1990, influenciando o debate acadêmico, assim como instituições públicas e privadas<sup>31</sup>. No que se

---

<sup>29</sup> A Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais – REDESIST consiste em uma articulação de pesquisadores sediada na UFRJ e que tem se dedicado ao estudo de *arranjos produtivos locais* e *sistemas produtivos e inovativos locais*. Conforme a definição proposta pela Redisist, arranjos produtivos locais são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais – com foco em um conjunto específico de atividades econômicas – que apresentam vínculos mesmo que incipientes. Geralmente envolvem a participação e a interação de empresas – que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros – e suas variadas formas de representação e associação. Incluem também diversas outras instituições públicas e privadas voltadas para: formação e capacitação de recursos humanos (como escolas técnicas e universidades); pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e treinamento. Sistemas produtivos e inovativos locais são aqueles arranjos produtivos em que interdependência, articulação e vínculos consistentes resultam em interação, cooperação e aprendizagem, com potencial de gerar o incremento da capacidade inovativa endógena, da competitividade e do desenvolvimento local” (LASTRES e CASSIOLATO, 2003).

<sup>30</sup> Ver, a respeito, Piore e Sabel (1984).

<sup>31</sup> O encontro e a cooperação que se estabeleceu entre o SEBRAE e a REDESIST foi um dos principais resultados práticos desse processo. Em uma das primeiras publicações conjuntas produzidas sobre o assunto, o então presidente do SEBRAE assim se colocou, na Apresentação: “Instituição envolvida diretamente com a temática do desenvolvimento dos pequenos negócios, o SEBRAE participa ativamente desse novo pensar. Na busca desses conhecimentos fomos à Itália, à região conhecida como Terceira Itália, estudar detalhadamente os chamados distritos industriais, territórios embasados nas tradições, na história e nos pequenos negócios, hoje responsáveis por metade das exportações italianas. No Brasil, em

refere, particularmente ao *Pólo*, como vimos, ao longo dos anos 1990 e na passagem aos anos 2000, sua trajetória evoluiu para uma modernização, em termos técnicos, organizacionais, de infra-estrutura etc., assim como, quanto à sua institucionalidade, ganhou novos contornos e uma configuração mais complexa. Para além das redes pessoais e familiares, desde sempre presentes e influentes na sua dinâmica, esta passou a incorporar (ao mesmo tempo, contraditoriamente) relações de tipo empresarial e institucional. Frente à complexificação da sua dinâmica e à visibilidade adquirida, de um lado, cresceram as necessidades internas de organização própria por parte dos atores locais e, de outro, ampliaram-se as investidas por parte de instituições públicas e privadas, de fora para dentro, a exemplo do SEBRAE, do SENAI, do SENAC, da Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, do Centro Tecnológico da Moda – CTM, do Instituto de Tecnologia de Pernambuco – ITEP, do Sindicato das Indústrias do Vestuário do Estado de Pernambuco – SINDIVEST, do Sindicato dos Oficiais Alfaiates, Costureiras e Trabalhadores na Indústria de Confecções de Roupas do Estado de Pernambuco – SINDCOSTURA, do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal, do Banco do Nordeste do Brasil, entre outras (ANDRADE, 2008). Nesse último caso, com o propósito de reorientar os caminhos, implementar estratégias mercadológicas, fornecer suporte técnico à produção e à gestão, possibilitar linhas de crédito, instituir formas mais amplas de governança, favorecer processos de institucionalização. O cruzamento entre aquele contexto macro e essa dinâmica específica do *Pólo* trouxe a estas importantes modificações, suscitando um debate entre os estudiosos dessa experiência sobre se, e em que medida, se poderia falar em um caso de APL.

Andrade (2008) se deteve sobre cada uma dessas formas organizativas endógenas e instituições exógenas. A Associação Comercial e Empresarial de Caruaru – ACIC foi criada em 1920, sendo a mais antiga do *Pólo*. Tem atuado estimulando a criação de outras associações empresariais de confeccionistas nos demais municípios da região. Segundo Andrade (2008, p. 123):

Inspirados no projeto “empreender” do SEBRAE, os membros da entidade criaram no ano de 2000 as chamadas Câmaras Setoriais, com o intuito de aumentar a capacidade competitiva dos confeccionistas do arranjo. Desde a sua criação a ACIC tem experimentado uma franca expansão e atualmente tem, aproximadamente, 750 sócios ativos (120 são do setor têxtil), dispoendo de 13 Câmaras Setoriais, dentre as quais quatro funcionam especificamente em prol do arranjo: i) Câmara da Moda, responsável pelo planejamento e realização das rodadas de negócios; ii) Câmara de Componentes Têxteis;

---

parceria com o CNPq e a FINEP, a Financiadora de Estudos e Projetos, o SEBRAE promoveu um amplo estudo, realizado pela RedeSist, sobre os chamados arranjos produtivos locais, que inspirou esta publicação” (LASTRES et al, 2002, p. 07).

iii) Câmara dos Lojistas do Parque 18 de maio; e, iv) Câmara dos Lojistas do Pólo Comercial.

A Associação dos Confeccionistas de Santa Cruz do Capibaribe – ASCAP foi criada, com o apoio do SEBRAE, em 1993. Reunia, no momento da pesquisa, cerca de 180 sócios. A Associação Comercial e Industrial de Toritama – ACIT, por sua vez, foi criada em 2004. Em 2008, contava com cerca de 100 sócios. Nos três casos acima quase todos os sócios são empresários formalizados, majoritariamente do setor industrial, mas também dos ramos comerciais e de serviços. Somando-se à Associação dos Lojistas do Parque das Feiras de Toritama – ALPF, atualmente com 400 sócios<sup>32</sup>, tais organizações atuam em forte parceria com o SEBRAE, o SENAI, o SENAC, entre outras instituições. O Sindicato das Indústrias do Vestuário do Estado de Pernambuco – SINDIVEST, que em 1986 passou de associação, criada em 1982, a sindicato, reunia em 2008 cerca de 720 associados. Teve a partir de 1997, especialmente por meio do “Projeto de Desenvolvimento do Pólo de Confeções do Agreste”, lançado em 2002, um papel decisivo no sentido de influenciar a dinâmica do *Pólo*, sobretudo com o apoio a uma presença bem mais significativa do SEBRAE e de outras instituições junto aos empreendedores locais e às suas associações. Quanto ao SEBRAE<sup>33</sup>, há um escritório em Caruaru, instalado em 1983, denominado Unidade de Negócios Agreste Central e Setentrional, com atuação em 35 municípios da região,

cujas ações são planejadas no intuito de gerar fundamentalmente um ambiente favorável ao desenvolvimento de arranjos produtivos, através de apoio à melhoria da qualidade dos produtos, da modernização da gestão empresarial, da expansão de mercado, da busca e incentivo pela criação e adoção de inovação tecnológica e o fortalecimento de canais de interação. Dentre as políticas planejadas e praticadas de apoio ao arranjo, destacam-se a existência de dois projetos, quais sejam: “Melhoria da Imagem do APL de Confeções” e “Melhoria da Competitividade do APL de Confeções” (ANDRADE, 2008, p. 140).

O SEBRAE tem se afirmado como uma das instituições mais influentes junto ao *Pólo*. É um dos principais responsáveis pela reformulação da sua imagem e por sua renomeação como *Pólo de Confeções do Agreste de Pernambuco*. Atua em parceria com as associações e sindicatos empresariais<sup>34</sup>, com as demais instituições do *Sistema*

---

<sup>32</sup> Conforme entrevista dada pelo presidente da ALPF a Eliana Moreira, Bruno Mota, Jéssica Sobreira, Renata Milanês, em outubro de 2009.

<sup>33</sup> Tema sobre o qual versam os estudos de Mestrado, em curso no âmbito do PPGCS/UFCG, de Alexandre Santos Lima (“Empreendendo a nova (in)formalidade: o Sebrae e o Pólo de Confeções do Agreste de Pernambuco”) e Juliana Nunes Pereira (já referido aqui).

<sup>34</sup> A atuação do SEBRAE por meio das associações empresariais é algo sempre muito realçado nos discursos dos seus agentes, a exemplo do depoimento de um dos diretores da unidade de Caruaru (em depoimento à FUNDAJ, 2008): “Nós procuramos trabalhar numa forma de rede associativa, ou seja, nós buscamos fortalecer as associações locais na medida em que na hora que a gente vai realizar uma determinada ação que envolva empresas daquele município, a gente busca essas associações e, digamos

S, órgãos governamentais, entre outros. No que se refere ao SENAI<sup>35</sup>, conta com duas unidades operacionais instaladas no Agreste de Pernambuco, ambas focadas no setor de confecções: as Escolas Técnicas de Caruaru e de Santa Cruz, instaladas, respectivamente, em 1970 e 2002. Em ambos os casos, são realizados cursos técnicos, de aprendizagem e de qualificação, além de ações de consultoria junto aos empreendimentos. No segmento do ensino superior, além dos *campi* da UFPE e da UPE, situados em Caruaru, há várias faculdades privadas instaladas em Caruaru e Santa Cruz, oferecendo diversas opções de cursos referidos às atividades do *Pólo* (Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Gestão Comercial, Gestão de Negócios, Publicidade e Propaganda, Tecnologia, Sistema de Informação e *Design*, entre outros). No mesmo estudo são citadas, ainda, as atuações das seguintes instituições: Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco - AD DIPER, órgão da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de Pernambuco para atuar junto à iniciativa privada, tendo passado a atuar no *Pólo* em 2007; Centro Tecnológico da Moda – CTM, instalado em Caruaru, em 2003, pelo Governo Estadual, com o fim de “dar suporte, apoiar o APL da região, através de ações direcionadas à formação profissional, à criação de inovações tecnológicas e estímulo ao empreendedorismo local” (ANDRADE, 2008, p. 142); Instituto de Tecnologia de Pernambuco – ITEP; Banco do Brasil; Caixa Econômica Federal etc. Há, também, no estudo em questão, uma referência ao Sindicato dos Oficiais Alfaiates, Costureiras e Trabalhadores na Indústria de Confecções de Roupas do Estado de Pernambuco, criado em 1938, principalmente por alfaiates, mas tendo se tornado majoritariamente uma entidade de costureiras. Entretanto, conforme constata a pesquisadora, tem uma atuação junto ao *Pólo* ainda muito tímida.

Ao final, Andrade (2008, p. 151) produz o seguinte balanço:

Pelo exposto, pode-se concluir que a matriz institucional deste arranjo apresenta alguns aspectos positivos e outros bastante deficientes. A rápida expansão da produção confeccionista na região exigiu a configuração de um ambiente institucional capaz de acompanhar o ritmo de desenvolvimento do segmento produtivo. Muitas das entidades analisadas surgiram recentemente em meio a este contexto, enquanto que aquelas estabelecidas há mais tempo tiveram que reavaliar suas ações, propor e fornecer instrumentos de apoio mais focados e melhor planejados, sobretudo, para poder dar condições de manutenção da competitividade do APL. Dentre os aspectos positivos pode-

---

assim, ‘repassa’ a realização dessa ação. Muitas das vezes é realmente repassado recurso para a entidade para que a entidade lidere a realização dessa ação e outras vezes o repasse é meramente simbólico, porque a gente faz a execução direta, entretanto beneficia os associados daquelas associações, as pessoas daquele município. É uma forma que a gente tem de chegar direto ao micro e pequeno empresário e fortalecer as associações porque ficaria muito difícil para a gente atingir todas as pequenas empresas que a região tem. Então, a forma da gente atuar é via associações”.

<sup>35</sup> Tema sobre o qual vem estudando o Mestrando do PPGCS/UFPE, Eugenio Vital Pereira Neto (por meio do projeto “Qualificação profissional e relações de trabalho no *Pólo* de Confecções de Pernambuco: trajetória e perspectivas de atuação do Senai”).

se ressaltar a existência de uma rede de interação, a qual conforme os relatos tem sido decisiva para o desenvolvimento do APL. Porém, a mesma ainda não está consolidada, dado que alguns agentes estabelecem relações de cooperação muito tímidas. Além disto, há uma certa deficiência na promoção de incentivos, marcadamente os originários do poder público, levantando questionamentos com relação ao papel de fato desempenhado pelo Governo de Pernambuco.

As dificuldades apresentadas no âmbito do *Pólo*, no sentido de sua conformação enquanto um APL, são tidas, em geral, pelos atores e pesquisadores (em ambos os casos, identificados com tal perspectiva), enquanto problemas da “cultura empresarial” local e de insuficiências no empenho das instituições públicas. A título de ilustração, segue depoimento de um dos diretores do SEBRAE de Caruaru (dado à FUNDAJ, 2008): “eu vejo que ainda existe muito uma dependência do Sebrae e não existe uma liderança formada onde a gente possa dizer: a liderança está em tal entidade ou está em tal pessoa. Eu diria que essa liderança de fazer esse trem andar está muito em cima do que o Sebrae faz”. Para Andrade (2008, p. 121), “os proprietários de confecções, sobretudo, os micro, muitas vezes resistem à adesão de práticas associativas, cooperativas, porque acreditam serem desnecessárias, por não vislumbrarem ganhos com tal envolvimento”. Na sequência: “outro problema é o baixo grau de adesão do empresariado local aos programas promovidos [pelo SEBRAE], cuja explicação mais contundente é a cultura de crescimento autônomo” (ANDRADE, 2008, p. 140)<sup>36</sup>.

O *Pólo* se estabeleceu sob condições extremamente adversas, a partir da iniciativa de milhares de homens e mulheres pobres, tendo convergido para o segmento das confecções. Afirmou-se como uma economia de mercado, envolvendo produção e comercialização, agregando, com o tempo, fornecedores de insumos, prestadores de serviços, agentes institucionais públicos e privados. Integrou, resignificando, o rural ao urbano e a agricultura à atividade urbana de tipo industrial e comercial. Baseou-se historicamente e, não obstante as mudanças pelas quais vem passando, continua se baseando atualmente em um regime produtivo intensivo em trabalho, em relações de tipo familiar, domiciliar, informal e precário. Incorporou um elemento de “especialização da produção”, de “delimitação espacial”, de “interação entre as empresas” e de “presença de

---

<sup>36</sup> Não obstante, há por outro lado um elemento de demanda de atuações como a do SEBRAE e do SENAI, sobretudo por parte dos empreendedores melhor estabelecidos. Foi o que notamos, com o depoimento de um fabricante de confecções de Pão de Açúcar (Distrito de Taquaritinga do Norte). Perguntado sobre o que lhe teria levado a buscar o apoio do SEBRAE e do SENAI, na forma de consultorias, argumentou: “tava perdendo o controle. Quando a gente vai crescendo que vai perdendo o controle fica *doidim*... Porque você tem que ter o controle de tudo, de comprar matéria prima, de por material ali pro pessoal produzir, financeiro... de tudo. Tem que ter, tem que ir capacitando, tem que procurar ajuda...” (Entrevista de empresário de Pão de Açúcar, dado a Roberto Vêras, Sandra Silva, Alexandre Lima e Eugênio Vital, em setembro de 2010).



associações privadas ou sindicais e órgãos governamentais” (conforme os critérios recuperados por Noronha e Turchi, 2007, para definir um APL). Constituiu-se, portanto, como uma aglomeração produtiva e comercial, situada em uma região da periferia do capitalismo. Mas não se fez, assim, sem limites e contradições. Um dos aspectos estruturantes das suas possibilidades tem a ver com o modo como tal experiência se relaciona com a dinâmica propriamente capitalista. Como, na sua trajetória, tal relação se estabeleceu? Quanto a isso, para onde caminha? Questões como essas nos remetem ao quinto aspecto (hipótese) que pretendemos realçar sobre as dinâmicas configuradoras do *Pólo*.

#### O *Pólo* se estabelece sob uma crescente imbricação com a dinâmica capitalista

As atividades do *Pólo* se firmaram originalmente a partir da iniciativa, da determinação e da capacidade criativa de significativos contingentes de pessoas, antes condenados a se reproduzirem como agricultores de subsistência, sob paupérrimas condições, ou levados a buscarem novas oportunidades nas grandes cidades, sobretudo do Sudeste do país. Na medida em que foi se estabelecendo, entretanto, o *Pólo* foi incorporando novos processos, reconfigurando-se. As relações que o vêm conformando como uma aglomeração produtiva e comercial do segmento de confecções se estabeleceram a partir das articulações entre as diversas formas de empreendimento local, de tipo produtivo, comercial e de serviços; desses em relação aos empreendimentos pertencentes às cadeias produtivas com as quais o ramo de confecções tem interface; assim como, entre esses empreendimentos (locais e externos) e instituições mediadoras, como associações empresariais, instituições de crédito, de ensino e de pesquisa, instituições governamentais, ONGs diversas, sindicatos de trabalhadores etc. Para os agentes que atuam em favor de um projeto de APL para o *Pólo*, quanto mais, no plano local, este se fortalece como uma experiência articulada econômica, social e institucionalmente, mais chances adquire de uma inserção mais bem sucedida na dinâmica capitalista. Espera-se que uma dinâmica de aglomeração, sob condições satisfatórias de governança, favoreça o acúmulo de conhecimentos tácitos na região, o desenvolvimento e difusão de inovações produtivas, gerenciais e de *marketing*, potencialize a relação com clientes e fornecedores, possibilite o acesso a mercados cada vez mais amplos e distantes, o acesso a financiamentos, a atenção do poder público, o desenvolvimento de serviços de diversos tipos (urbanos, industriais, financeiros etc.), a

constituição de uma base social e política afim com os interesses dos empreendedores locais, a absorção de uma cultura capitalista.

Colocando-se a questão sob tal perspectiva, sobressai a importância de se abordar o *Pólo* quanto à sua relação, histórica e atual, com a dinâmica capitalista, tendo-o, portanto, como uma experiência que se fez, pelo menos originalmente, nos “interstícios não ocupados” por tal dinâmica (CACCIAMALI, 1982, p. 26). Esta autora, se detendo sobre seu entendimento a respeito do “setor informal”<sup>37</sup>, se refere assim às características que então tomava como definidoras dessas formas tidas como não capitalistas de organização da produção:

(i) o produtor direto é o possuidor direto dos instrumentos de trabalho e/ou de estoque de bens para a realização de seu trabalho e se insere na produção sob a forma simultânea de patrão e empregado. (ii) Ele emprega a si mesmo e pode lançar mão de trabalho familiar ou de ajudantes como extensão de seu próprio trabalho; obrigatoriamente, participa diretamente da produção e conjuga essa atividade com aquela de gestão. (iii) O produtor direto vende seus serviços e mercadorias e recebe um montante de dinheiro que é utilizado, principalmente, para consumo individual e familiar e para a manutenção da atividade econômica; e, mesmo que o indivíduo aplique seu dinheiro com o sentido de acumular, a forma como se organiza a produção, com apoio no próprio trabalho, em geral, não lhe permite tal acumulação. (iv) A atividade é dirigida pelo fluxo de renda que a mesma fornece ao trabalhador e não por uma taxa de retorno competitiva, e é desta renda que se retira os salários dos ajudantes ou empregados que possam existir. (v) Nessa forma de produzir não existe vínculo impessoal e meramente de mercado entre os que trabalham – entre esses se encontra, com frequência, mão de obra familiar. (vi) O trabalho pode ser fragmentado em tarefas, mas isso não impede ao trabalhador aprender todo o processo que origina o produto ou serviço final, processo este muitas vezes descontínuo ou intermitente, seja pelas características da atividade, pelo mercado ou em função do próprio produtor (CACCIAMALI, 1982, p. 26).

Sob tais condições, não haveria acumulação. A não ser quando submetido a uma relação redefinidora junto à dinâmica capitalista. No que se refere ao *Pólo*, daquilo que pudemos apreender a partir da bibliografia e das incursões a campo que estamos empreendendo, assumimos, quanto a isso, como hipóteses norteadoras do nosso esforço de investigação: a) o *Pólo* surge e se estabelece originalmente nos interstícios não ocupados pela dinâmica propriamente capitalista; b) mas, na sua trajetória, imbrica-se crescentemente com esta; c) entretanto, o faz sob contradições, limitações. Tais situações se colocam de tal modo que justificam, ao nosso ver, tomar a natureza relação entre a dinâmica do *Pólo* e a dinâmica capitalista como uma relevante questão da análise.

Tomemos, como referência, de “uma definição mínima de capitalismo”, a proposição de Boltanski e Chiapello (2009, p. 35, grifos dos autores):

---

<sup>37</sup> Noção cujos sentidos adquiridos, sobretudo no debate acadêmico e político nos idos dos anos 1970 e 1980, não está aqui em discussão.

Entre as diferentes caracterizações do capitalismo (ou, frequentemente hoje, os capitalismo) feitas no último século e meio, escolheremos uma fórmula mínima que enfatiza *a exigência de acumulação ilimitada do capital por meios formalmente pacíficos*. Trata-se de repor perpetuamente em jogo o capital no circuito econômico com o objetivo de extrair lucro, ou seja, aumentar o capital que será, novamente, reinvestido, sendo esta a principal marca do capitalismo, aquilo que lhe confere a dinâmica e a força de transformação que fascinaram seus observadores, mesmo os mais hostis.

Na página seguinte, acrescentam:

Na esteira de Fernando Braudel, faremos uma distinção entre capitalismo e economia de mercado. Por outro lado, a economia de mercado constituiu-se “passo-a-passo” e é anterior ao aparecimento da norma de acumulação ilimitada do capitalismo (Braudel, 1979, *Lês jeux de l'échange* [Os jogos das trocas], p. 263). Por outro lado, a acumulação capitalista só se dobra à regulação do mercado quando lhes são fechados caminhos mais diretos para o lucro, de tal modo que o reconhecimento dos poderes benfazejos do mercado e a aceitação das regras e injunções das quais depende seu funcionamento ‘harmonioso’ (livre-comércio, proibição de cartéis e monopólios etc.) podem ser considerados uma forma de autolimitação do capitalismo (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009, p. 36).

Os autores, ainda, completam:

Também caracterizaremos o capitalismo pelo trabalho assalariado. Marx, assim como Weber, põe essa forma de organização do trabalho no centro de sua definição do capitalismo. Consideraremos o trabalho assalariado independentemente das formas jurídicas contratuais que ele pode assumir: o que importa é que uma parte da população que não possui capital ou o possui em pequena quantidade, para a qual o sistema não é naturalmente orientado, extrai rendimentos da venda de sua força de trabalho (e não da venda dos produtos de seu trabalho), pois não dispõe de meios de produção e, para trabalhar, depende das decisões daqueles que os possuem (pois, em virtude do direito de propriedade, estes últimos podem recusar-lhe o uso de tais meios); enfim, que essa parcela lhe cede, no âmbito da relação salarial e em troca de remuneração, todo o direito de propriedade sobre o resultado de seu esforço, estando certo de que ele reverte totalmente para os donos do capital (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009, p. 37).

Voltando ao *Pólo*, realçamos pelo menos três processos que, ao mesmo tempo, sugerem o quanto ocorre tal imbricamento e o quanto o mesmo ocorre sob limites e tensões: 1. os processos internos de diferenciação e conseqüente deslocamento, por parte de alguns dentre os empreendedores, entre uma dinâmica referida à sobrevivência e uma dinâmica referida à acumulação; 2. o compartilhamento com a dinâmica capitalista de acumulação, por meio da sua relação com o mercado capitalista; 3. a incorporação, entre os atores constitutivos do *Pólo* (certamente, com fortes implicações para a dinâmica sócio-política-econômica da região), de uma cultura capitalista.

Na trajetória do *Pólo*, na medida em que este se afirma como oportunidade de trabalho, de consumo e de investimento, associam-se: uma crescente diferenciação entre os empreendedores já estabelecidos, seja no segmento da produção, seja nos segmentos do comércio e dos serviços (quanto às dimensões das unidades produtivas e comerciais, ao volume de recursos mobilizados, à amplitude e qualidade dos mercados alcançados,

ao número de pessoas envolvidas, ao processo de assalariamento, o qual passou a ter uma importância cada vez maior etc.); uma crescente diversificação e refinamento da qualidade dos produtos ofertados, visando atender públicos mais variados, inclusive com níveis de exigências maiores; e uma crescente incorporação de novos empreendedores nesses diversos segmentos. Um processo alimentando o outro.

Nas palavras de Cabral (2007, p. 100),

A expansão dos anos setenta redundou também numa gradativa e lenta melhora nos níveis de qualidade para atender às exigências de um público de maior faixa de renda. Com isso, os processos foram melhorados em: corte e costura, contratação de mão-de-obra assalariada, associados a pequenas unidades produtivas terceirizadas. Essa expansão da produção local acarretou uma maior demanda por tecidos, o que contribuiu para o surgimento de novos atacadistas locais, que se capitalizaram rapidamente, tendo alguns investido na verticalização: a produção de confecções. E foi essa capitalização dos atacadistas que permitiu a instalação das fábricas de maior porte.

Cada situação nova criada vai se colocando como um novo impulso nesse processo (diferenciação interna, melhora na qualidade dos produtos, novos consumidores, novos investidores...). Como ilustração, o presidente da ALPF<sup>38</sup> assim narrou a ocupação do *Parque das Feiras*, quando de sua inauguração:

Hoje você vê, nas melhores lojas e shoppings, você vê a mercadoria de qualidade que Toritama tá fazendo. As pessoas daqui fabricam modinha também, malhas (que são a maioria dos empresários que confeccionam), a marca hoje já existe, se você não tiver uma marca você não vai crescer (...) Aqui foi construído com o próprio investimento do povo, na placa você vai ver aí: “Com o Investimento do povo de Toritama”. Se o Banco do Nordeste investiu, eu não tenho acesso, mas nós compramos com o dinheiro que foi investido na obra. É como esses condomínios que a gente compra e eles vão construindo com o próprio dinheiro nosso. Então, aqui, foi construído desse jeito, eles começaram a vender geladeira, terreno, gado e tomaram dinheiro emprestado mesmo, muitos compraram pra investir mesmo, foi rápido. Na época, custava R\$ 1.600 um boxe. Depois de um ano, era R\$ 5.000 ou R\$ 6.000. Hoje, tem boxe de 120.000, tem loja de R\$ 350.000 à R\$ 400.000, de 25 metros quadrados. Então a economia de Toritama foi lá pra cima, começou a mudar o padrão de vida das pessoas (...) Eu acho que vocês notaram, lá, que têm uns boxes pequenos e têm umas lojas grandes. Foram pessoas que compraram 10 boxes e fizeram uma loja, tiveram um poder de aquisição maior e cresceram suas lojas. A gente não pode ter um limite disso. Talvez se a gente tivesse tido um limite, isso daqui não teria funcionado, não se pode colocar regras demais. Então a gente não pode colocar regra, se ele quiser comprar uma quadra, tiver dinheiro, pode comprar.

Ao mesmo tempo que a configuração do aglomerado propicia oportunidades mais amplas para os diversos tipos de empreendimentos constitutivos do *Pólo*, tais oportunidades incidem de modo diferenciado entre esses, diferenciando-os crescentemente. Uma coisa é o produtor-comerciante se encontrar limitado ao circuito

---

<sup>38</sup> Em entrevista dada a Eliana Moreira, Bruno Mota, Jéssica Sobreira, Renata Milanês, em outubro de 2009.

das feiras locais (compondo uma espécie de *circuito inferior*), outra é ter acesso a mercados maiores e mais sofisticados (vindo a compor um tipo de *circuito superior*)<sup>39</sup>.

Daquilo que pudemos apurar sobre a trajetória do *Pólo*, nota-se um processo de lenta, gradativa, tortuosa conversão de estratégias referidas à *sobrevivência* em estratégias referidas à *acumulação*. Dada a sua origem, enquanto forma de produzir ensejada nos “interstícios não ocupados” da dinâmica capitalista, no início a estrita luta pela sobrevivência pautava, como buscas, as iniciativas, as motivações. Na medida em que, de diversos modos, estabeleceram-se entre os primeiros empreendedores processos de diferenciação, começou a ser operado entre os mais bem sucedidos economicamente um crescente envolvimento com uma dinâmica de acumulação de capital. Tais segmentos, uma vez diferenciados, deslocam-se em relação àquela referência inicial. No depoimento de um, hoje, empresário do segmento de confecções em Toritama (dado à FUNDAJ, em 2008), referindo-se às origens do empreendimento, o mesmo ressalta o sentido original da sua luta pela sobrevivência e o caráter atual de *empresa*, resultante daquela:

Olha, quando começou a empresa, eu tinha 11 anos de idade. Então, você pergunta assim: “Como é que você monta uma empresa com 11 anos de idade?” Na realidade, quando a gente começou, não começou com esse conceito de empresa, começamos com uma atividade para complementar a renda familiar. Meu pai, aposentado por invalidez, teve um problema de paralisia, veio morar em Toritama, por recomendação do médico, e nós começamos a trabalhar em empresas de terceiros, de outras pessoas. Estava principiando o *jeans* naquela época e a gente começou meio que de intrometidos. Crianças, mas a gente era muito audacioso (...) O rapaz para quem nós trabalhávamos, a gente pediu e ele cedeu um fardo de tecido, nós cortamos as peças, minha mãe costurou e nós vendemos em Santa Cruz. Então, basicamente não era uma empresa ainda, mas era uma micro célula familiar, onde nós preparamos, a minha mãe costurou e vendemos em Santa Cruz. Isso deu certo, a gente repetiu a dose novamente. Então, a gente saiu da empresa desse rapaz e começamos a trabalhar por conta própria, sempre fazendo esse fardinho, que dava em torno de 50 peças por semana, vendíamos em Santa Cruz até chegar o momento que a gente sentiu necessidade de ampliar. Aí não saiu ainda da célula familiar, nós fomos e contratamos a tia. Ficou a mãe e a tia costurando. Toda mulher tinha máquina de costura naquela época, as pessoas faziam questão de ter uma máquina *Singer* em casa, ganhavam de presente nos dias de namorados, os maridos davam máquina *Singer* de presente. Então, ficava fácil de você chegar nas residências e convencer as pessoas a trabalhar.

A convergência da trajetória do *Pólo* em direção à dinâmica capitalista foi, no entanto, acontecendo a partir da associação desses processos endógenos com outros, exógenos, desencadeados por uma cada vez mais intrincada relação do primeiro frente aos segmentos que constituem a cadeia produtiva têxtil e de confecções, assim como frente aos setores que com ela tem interfaces (a exemplo dos fornecedores de máquinas e equipamentos). Tais vínculos foram se estabelecendo por meio das relações com

---

<sup>39</sup> Em uma alusão às noções de *circuito inferior* e *circuito superior*, de Santos (1978).

fornecedores de matérias-primas e de equipamentos, com grandes compradores, com prestadores de serviços nas áreas de técnica de produção, de gestão, de *marketing*, com instituições de crédito etc.

Segundo constatou Raposo e Gomes (2003), a produção do *Pólo* já era, no início dos anos 2000, quase totalmente vendida para fora do Agreste de Pernambuco e do próprio Estado. Nesse período, considerando-se as mercadorias negociadas em Santa Cruz do Capibaribe, Caruaru e Toritama, apenas 5% destinavam-se ao próprio Agreste de Pernambuco. Estimaram em 52% o percentual dessas mercadorias destinadas a outros Estados do Nordeste. Um empresário do Distrito de Pão de Açúcar, fabricante de moda íntima, portador de uma marca própria, em cuja fábrica trabalham 120 trabalhadores assalariados, informou que já possui representações comerciais em todo o país, “do Oiapoque ao Chuí”<sup>40</sup>. Já são vários os movimentos (embora pouco sistemáticos) de exportação de produtos do *Pólo* para Angola, Moçambique, Guiné Bissau, Paraguai, Angola, Cuba, Portugal, Espanha e França (RAPOSO e GOMES, 2003; LIRA, 2008; DIEESE, 2010, entre outros). Observa-se, por outro lado, um intenso comércio com a China e outros países da Ásia, sobretudo para a compra de tecidos, máquinas e equipamentos (RAPOSO e GOMES, 2003; DIEESE, 2010). Raposo e Gomes (2003) estimaram em quase 74 mil o número de máquinas de costura, de corte e outras em funcionamento no *Pólo*, no início dos anos 2000.

Quanto à contratação de serviços de consultoria, observa Adrade (2008, p. 166), se referindo a uma área cada vez mais relevante para as empresas maiores, “normalmente, estes empresários contratam estilistas para desenvolverem novos designs”, ao mesmo tempo que pondera: “É pertinente destacar que embora haja criação própria na principal linha de produto, a maioria dos atuantes na produção copia a idéia de um outro empresário do próprio aglomerado, como também dos artigos de vestuários lançados em âmbito nacional”.

No que se refere às formas de financiamento que vigem no *Pólo*, notam-se sinais da introdução do crédito bancário, embora em bases ainda muito tímidas. Segundo Cabral (2007, p. 132-133), baseando-se no estudo de Raposo e Gomes (2003):

A implantação e a evolução das firmas - inversões e produção - devem-se a quatro fontes de financiamento: a) adiantamentos de fornecedores (máquinas, tecidos e aviamentos); b) recursos próprios iniciais e acumulados na própria atividade; c) recursos dos agentes financeiros; e d) incentivos “brancos” governamentais (não declarados) fiscais e trabalhistas.

---

<sup>40</sup> Entrevista de médio empresário, marido e mulher, do Pão de Açúcar, dado a Roberto Vêras, Sandra Silva, Alexandre Lima e Eugênio Vital, em setembro de 2010.

Raposo e Gomes (2003) constataram que a maioria das unidades produtivas sediadas no *Pólo* recebia, pelo menos até o início dos anos 2000, financiamento direto dos fornecedores para compra de tecidos, aviamentos e máquinas, na forma de compras parceladas. Para um empresário de Toritama (em depoimento dado à FUNDAJ, 2008), quanto às principais dificuldades para a ampliação do financiamento bancário às atividades do *Pólo*:

Primeiro, o sistema de Toritama são de micro e pequenas empresas, que na sua grande maioria não possuem as garantias necessárias que são exigidas pelas instituições. Banco não é amigo de ninguém, banco é uma instituição capitalista que visa o lucro e visa o lucro com garantias (...) O banco não quer um carro, o banco não quer uma casa que não tenha sua devida escritura, o banco não está preocupado com as máquinas que você tem, não é esse tipo de garantia que o banco quer. Então, as garantias que eles exigem os empresários não conseguem juntar. Então, o tipo de financiamento que existe hoje na cidade é um financiamento nocivo porque os juros são extremamente elevados. Quando se consegue alguma coisa de banco, é aquele tipo de empréstimo inadequado, com juros de 10% ao mês, 7% ao mês. Não é aquele juro para investimento, para aquecimento. É um juro para socorrer alguma dificuldade financeira que você está passando naquele momento.

Também em depoimento à FUNDAJ (2008), um dos diretores do SEBRAE Caruaru assim se posicionou sobre o assunto:

Existem sim linhas de crédito do Governo Federal, linhas de crédito disponibilizadas pelas carteiras de cada instituição financeira, porém a forma da concessão deste crédito continua a mesma, ainda é de difícil acesso pelo empresário comum, principalmente aqui na região onde existe muita informalidade, onde existe, mesmo na formalidade, existe uma informalidade. É um contra-senso dizer que na formalidade existe informalidade, porque muitas vezes são formais, mas nenhum bem está no nome do dono daquela empresa, está no nome da mãe, do tio, do filho. Então, é uma formalidade informal.

A persistência da *informalidade*, como um elemento característico da dinâmica do *Pólo*, se, por um lado, tem facilitado a reprodução dos empreendimentos, de diversos portes, assim como tem propiciado o surgimento de um *circuito superior*, cuja dinâmica se orienta para a acumulação, por outro lado, vem inibindo uma incorporação mais ampla dos empreendimentos locais à dinâmica capitalista. Configura-se aqui uma tensão que se apresenta como de tipo estruturante.

Mas, para além dos nexos de tipo mais objetivos, estabelecidos exogenamente entre a dinâmica do *Pólo* e a dinâmica capitalista, atua favorecendo tal imbricação um outro processo exógeno: a crescente incorporação, entre os atores constitutivos do *Pólo*, de uma *cultura capitalista*<sup>41</sup>.

---

<sup>41</sup> Para Boltanski e Chiapello (2009, p. 38): “O capitalismo, sob muitos aspectos, é um sistema absurdo: os assalariados perderam a propriedade do resultado de seu trabalho e a possibilidade de levar uma vida ativa fora da subordinação. Quanto aos capitalistas, estão presos a um processo infundável e insaciável,

Viana *et al* (2008), referindo-se às empresas nordestinas que vendem seus produtos para os mercados nacional e externo, observam que essas passam a adotar práticas gerenciais diferentes daquelas empresas que se destinam somente aos mercados local e regional:

As empresas com maior área de atuação apresentam as seguintes características de diferenciação: utilizam em maior escala procedimentos para registrar reclamações recebidas, pesquisar informações sobre as necessidades dos clientes e estabelecer parcerias em programas de qualidade; possuem relacionamento mais intenso com os fornecedores; apresentam maior grau de utilização de modernas técnicas, métodos e programas de gestão da produção; seus recursos humanos possuem nível de escolaridade mais elevado em relação às empresas de atuação local e regional (VIANA *et al*, 2008, p. 04).

Andrade (2008) realça o quanto se vem adotando certas práticas, entre os empreendedores locais, com o decisivo apoio de instituições como o SEBRAE, o SENAI e outras, as quais podemos interpretar como favoráveis a uma mentalidade mais afim com uma racionalidade de tipo capitalista: demandas por consultorias para as áreas de produção, gestão e *marketing*; participação em cursos de aperfeiçoamento nas áreas administrativa, de vendas e de logística; participação em palestras; participação em rodadas de negócios, dentro e fora do estado; presença em missões empresarias em feiras nacionais e internacionais.

Na avaliação do diretor do SEBRAE Caruaru (depoimento concedido à FUNDAJ, 2008), apesar de ser lento o processo de mudança de mentalidade dos empreendedores locais, há que se registrar uma tendência efetiva de mudança:

Vou dar um exemplo para você. Quando eu cheguei aqui para trabalhar com esses projetos, que já não é o primeiro, nós já estamos na terceira ou quarta edição, era raro você encontrar estilistas ou *designers* nas empresas, era raro, era o dono, a filha do dono, o próprio dono, a mulher do dono. Hoje em dia não, isso já começa a mudar (...) Eu tenho empresários aqui que são jovens, têm uma cabeça... “Mas Mário, a gente não pode fazer mais porque a minha mãe não entende isso, minha mãe ainda é a dona do negócio”. Mas a dona não cresceu, não veio junto, faz parte de um processo, por isso que é um processo lento.

Quando o foco recai mais detidamente nas unidades produtivas, comerciais e de serviços de menor porte, quase todas informais, evidenciam-se, a exemplo dos

---

totalmente abstrato e dissociado da satisfação de necessidades de consumo, mesmo que supérfluas. Para esses dois tipos de protagonistas a inserção no processo capitalista carece de justificações”. Baseando-se no pressuposto weberiano de que “as pessoas precisam de poderosas razões morais para aliar-se ao capitalismo”, os autores propõem: “chamamos de espírito do capitalismo a ideologia que justifica o engajamento no capitalismo”. Tais justificações, para os referidos autores, são não só de tipo individuais, mas, recorrendo a Albert Hirschman, também de tipo gerais, referidas ao “bem comum” (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009, p. 39-40). As justificações morais do capitalismo, conforme avaliam, são importantes para esclarecer suas origens e sua perpetuação como ordem aceitável (entre os países convertidos ao capitalismo), assim como “para compreender melhor as modalidades de conversão ao capitalismo por parte dos povos da periferia” (Idem, 2009, p. 41).



comentários de Lucena e Oliveira (2006b, p. 07), as dificuldades dos empreendedores incorporarem elementos de uma racionalidade mais afim à *cultura capitalista*:

As micro e pequenas indústrias de confecções do cluster de Santa Cruz do Capibaribe formulam suas estratégias empresarias de maneira intuitiva, fundamentadas, sobretudo, no senso de direção e na visão de futuro do empresário, inexistindo procedimentos formais e sistemáticos para esse fim. As estratégias emergem do processo de aprendizagem, notadamente tentativa e erro, por que passaram as empresas ao longo de suas existências.

A disseminação de elementos da *cultura capitalista* na dinâmica do *Pólo*, se se esboça (embora com limites e contradições) na adoção de práticas de organização e gestão das atividades produtivas e comerciais, também se manifesta (e de modo bastante presente) por meio da incorporação de padrões de consumo tipicamente capitalistas. As atividades do *Pólo*, na medida em que se constituem em um segmento da indústria da moda, fomentam e se beneficiam da difusão de tais padrões comportamentais. Com isso, suscitam, entre empreendedores de diversos portes, mas também entre os trabalhadores (enquanto criadores e, sobretudo, reprodutores de tendências da moda - em muito, ditadas pela grande mídia), assim como entre os consumidores (“sacoleiros” e outros tipos), a incorporação dos valores que lhes são próprios (de uma cultura capitalista/consumista).

Para Nascimento Neto e Maciel (2009, p. 05):

Na ligação com as instâncias das camadas hegemônicas, aqui simbolizadas pelas pressões mercadológicas do *mass media* que geram tendências que produzem demandas de produção e de vendas, os confeccionistas realizam a fruição, compreensão e conformação das mensagens dessas dentro das próprias circunstâncias particulares de seus trabalhos.

Um dos entrevistados dos referidos autores, um jovem produtor de confecções do *Pólo*, assim se colocou

Quando tem novela nova a gente já fica “ligado” no que pode rolar de novo, pra começar a colocar pra vender o mais rápido possível a novidade, porque se demorar muito pra começar a trabalhar com o produto da moda já não compensa tanto, as pessoas já vão “ta” meio “enjoada” (citado por NASCIMENTO NETO e MACIEL, 2009, p. 07).

Ainda conforme Nascimento Neto e Maciel (2009, p. 06), desse modo são sentidas, no *Pólo*, “as reações em cadeia que se propagam na aldeia global”. Não só a TV atua aí como o veículo disseminador de um padrão capitalista e globalizado de consumo, agora também a Internet, acessada cada vez mais pelos empreendedores e seus empregados, os quais, por essa via, buscam se apropriar das últimas tendências da indústria da moda. Quanto a isso, os jovens são mais sensíveis<sup>42</sup>:

---

<sup>42</sup> Ver, a respeito da problemática juvenil referida ao trabalho no *Pólo*, Silva (2009).

Os mais jovens se destacam pela sensibilidade mediante o contato com as tendências de comportamento contemporâneas, como sensores das mudanças de humores nas novas condutas coletivas que se convertem também em direcionamentos de mercado, por isso que a respeito da convergência das mediações do estudo como geradoras de semântica, poderemos afirmar que campos de significação como o pólo de confecções de Santa Cruz do Capibaribe permitem estudos de caso emblemáticos para a identificação da apropriação dos significantes das classes hegemônicas pelas classes subalternas e as formas de consumo simbólico, que entre os mais jovens fica bem mais realçado, uma vez na qual a demanda por ampliação do capitalismo não sustenta a variação de padrões culturais, de objetos e hábitos de consumo (NASCIMENTO NETO e MACIEL, 2009, p. 14).

A imbricação do *Pólo* com a dinâmica de acumulação de capital vem se fazendo presente, contraditória e tortuosamente, desde as suas fases iniciais de desenvolvimento, quando se estabeleceu monetarizando-se, mecanizando-se, expandindo-se e articulando-se com a cadeia produtiva têxtil e de confecções, criando vínculos com o sistema bancário, incorporando tecnologias mais avançadas, assim como novas práticas de gestão e estratégias de *marketing*, constituindo espaços comerciais bem melhor estruturados e adotando novos instrumentos de venda (como o cartão de crédito), incorporando um importante processo de diferenciação interna - nas atividades produtiva, comercial e de serviços -, que propicia concentração/acumulação de capital, interiorizando padrões de consumo, em suas marcas e modelos, disseminados massivamente como uma nova cultura capitalista globalizada. Isso ocorre, seja pelo lado mais objetivo, indo além de uma economia de trocas simples, incorporando a dinâmica da acumulação, seja pelo lado mais subjetivo, incorporando uma postura empreendedora e racionalizadora (nos termos de um *ethos* capitalista).

Frente a tudo isso, se coloca uma última questão: por quais processos e com que alcances e implicações, nessa imbricação aqui proposta, a dinâmica do *Pólo* vem se inserindo à nova dinâmica capitalista, *flexível* - nos termos de Harvey (1992)? Considere-se que, sob tais condições, o capitalismo tem sido capaz de ensejar processos de *flexibilização*, *informalização*, *heterogeneização*, *precarização* do trabalho<sup>43</sup>. Vêm sendo produzidas e reproduzidas, assim, a partir da própria dinâmica capitalista sob um padrão *flexível*, relações e condições de trabalho semelhantes àquelas verificadas no aglomerado de confecções do Agreste de Pernambuco<sup>44</sup>. Assim, nos perguntamos: em

---

<sup>43</sup> Conforme ampla bibliografia. Para uma interpretação desse debate, ver Vêras de Oliveira (2010).

<sup>44</sup> Para Lima (2002, p. 26), se referindo às tendências atuais da indústria de confecções: “A relação imediata máquina de costura-operador ainda é predominante no processo produtivo, o que torna o trabalho intensivo uma característica do setor, em que pese o avanço das inovações tecnológicas. A subcontratação de trabalhadores domiciliares e faccionistas que realizam tarefas específicas por encomendas é tradicional nesse ramo produtivo, sendo que o novo, se assim pode ser considerado, estaria

que medida este tende a se converter em algo totalmente à serviço da *acumulação flexível*, sobretudo quanto mais se impõe o fenômeno da globalização<sup>45</sup>? Ou, ao contrário, se manterá se integrando à dinâmica capitalista, mas sob condições tais (não se convertendo, propriamente, em um ofertante global) que o preservarão com uma atuação que ainda, em certo grau, se caracteriza, frente àquela, como intersticial e mais ou menos isolada localmente?

### *Considerações finais*

A região na qual se situa o aglomerado de confecções do Agreste se insere em uma região mais ampla, o Nordeste brasileiro. Historicamente, no processo de industrialização do país, comandado pelo Sudeste, o Nordeste se especializou na condição de: a) fornecedora de força de trabalho barata e abundante (e com baixos níveis de qualificação), alimentando assim o “exército industrial de reserva”, nas suas três formas previstas por Marx, *flutuante, latente e estagnado*<sup>46</sup>; b) consumidora de bens e serviços do circuito nacional e internacional da produção capitalista; c) base social (rural e urbana) de extorsão, por parte da *dinâmica de acumulação de capital*, na forma de “acumulação primitiva” (agricultura familiar, comércio ambulante, trabalho informal etc.)<sup>47</sup>; d) base social e política de legitimação de forças conservadoras, expressão da associação entre práticas clientelistas locais e interesses do capitalismo nacional e internacional. À SUDENE, sob a marca da “intervenção planejada” por parte do Estado, coube a tarefa de consumir a plena integração da Região ao movimento de expansão do capitalismo monopolista situado no Brasil a partir do Centro-Sul do país (Oliveira, 1981). Diante dessa configuração histórica, o surgimento do *Pólo* repercute alguns contrastes. Resulta de uma dinâmica auto-referida e “espontânea”, tendo surgido das iniciativas dispersas (não organizadas), e ao mesmo tempo convergentes, de milhares de indivíduos, famílias e redes sociais. Por outro lado, se surge em bases “autônomas”, não se coloca como uma atitude de resistência, menos ainda como um contraponto

---

na mobilidade espacial das grandes indústrias em busca de menores custos para atender a um mercado cada vez mais globalizado, assim como a utilização de formas de terceirização até então pouco usuais”.

<sup>45</sup> Considere-se, como Lima (2002, p. 26-27): “A indústria do vestuário é uma das mais globalizadas, estando presente em mais de 40 países do sudeste da Ásia à América Latina, Caribe e Europa, capitaneadas pelas TNCs – *Transnational Corporations*, empresas globais que, através de tecnologias informacionais, coordenam a fabricação de produtos em múltiplos locais simultaneamente. Utilizando tecnologias simples, baseadas na relação trabalhador-máquina de costura, são indústrias caracterizadas pela utilização de trabalho intensivo”.

<sup>46</sup> Marx (1982).

<sup>47</sup> Elemento da reflexão de Oliveira (1987).

(político), frente à dinâmica *hegemônica*. Trata-se tão somente daquilo que se desdobrou de um impulso, difuso, na luta cotidiana de muitos pela estrita sobrevivência. Almejou-se, por meio dessa investida, uma melhora de vida. Para os mais bem sucedidos, aos poucos foi se colocando os primeiros vínculos mais diretos com a dinâmica mais geral, e hegemônica, de *acumulação de capital*. Desde cedo certos vínculos entre essas duas dinâmicas vão se estabelecendo, tornando-se cada vez mais imbricadas. Mas, até onde alcançamos, não obstante isso, o *Pólo* se mantém como uma dinâmica diferenciada, própria (não totalmente absorvida pelo movimento hegemônico). Apenas parte minoritária daqueles que a constituem (os novos empresários locais) passaram a se mover referenciados no imperativo da acumulação (referência, essa, compartilhada com outros empreendedores, que, embora exógenos, com aqueles constituem vínculos crescentes). Para muitos, continua prevalecendo a busca cotidiana pela sobrevivência, ao mesmo tempo que, por diversos canais, imergem na cultura capitalista.

O *Pólo*, assim posicionado, requer que seja pensado como resultado de uma composição tensa entre *dinâmicas sociais* diversas, tais como: aquela referida ao movimento geral de acumulação de capital (exógeno e realizado em grande escala); a que deriva do movimento local de acumulação de capital (endógeno e realizado em pequena escala); a que resulta das iniciativas cotidianas locais, de milhares de homens e mulheres pobres, referidas à luta pela sobrevivência; as que se produzem por motivações, processos e estruturas políticos, religiosos, culturais etc. Pensamos que a trajetória desse aglomerado produtivo pode ser lida a partir das disputas, composições, interinfluências, conversões, que foram se estabelecendo em cada momento. Não se explica, portanto, tal trajetória - seja quanto à sua origem e desenvolvimento, seja, até, quanto à sua configuração atual -, pela lógica, estrita, da dinâmica de acumulação de capital. Ou seja, a percepção das *dinâmicas sociais* como diversas, concorrentes, contraditórias, interrelacionadas, é fundamental para a perspectiva aqui adotada.

Ao focar nossa atenção, por exemplo, na problemática atual do trabalho, sobre como esta se traduz na dinâmica do *Pólo*, não se trata, propriamente, de buscar identificar nessa configuração particular a confirmação de tendências hegemônicas, gerais, do capitalismo atual (*flexibilização, terceirização, heterogeneização, precarização* do trabalho), mas de buscar apreender as implicações de tais tendências nessa configuração específica, atentando portanto para os processos que derivam das tensas relações que tal encontro tem produzido.

Ao mesmo tempo, considere-se que, embora o referido território produtivo não se situe em um dos centros dinâmicos da economia brasileira, nem seja uma expressão do que há de mais avançado em termos de processos produtivos e métodos de gestão empresarial (ao contrário, se encontra posicionado em uma região periférica e demarcado por características que o identificam muito mais com o “atraso”), enquanto objeto de estudo sobre a condição atual do trabalho, pode ser relevante. Pode propiciar elementos sobre questões-chave do debate atual a respeito do trabalho no capitalismo contemporâneo. Isso, considerando-se que: as condições de trabalho vigentes histórica e atualmente no *Pólo* se assemelham ao que ocorre com parte significativa dos trabalhadores do país; ao mesmo tempo, por meio de diversos fios, as atividades que ali se estabeleceram se encontram conectadas a dinâmicas mais amplas (regionais, nacionais, globais), segundo mecanismos que se assemelham ao que ocorre com inúmeras outras situações país afora. De outra parte, a referida experiência pode ser interessante para se observar os nexos, trazidos com a nova dinâmica da *acumulação flexível*, entre o *local* e o *global* e entre dinâmicas capitalistas e não-capitalistas.

### *Referências*

- ABREU, Alice. *O avesso da moda: trabalho a domicílio na indústria de confecção*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- ANDRADE, Tabira. *A estrutura institucional do APL de Confecções do Agreste Pernambucano e seus reflexos sobre a cooperação e a inovação: o caso do município de Toritama*. João Pessoa: UFPB, Dissertação de Mestrado, 2008.
- ARAÚJO, Carlos; PEREIRA, Clarisse. A indústria de confecções em Pernambuco: impactos e oportunidades em um cenário pós-ATC (Acordo sobre Têxteis e Confecções). *XIII SIMPEP*, Bauru, Novembro de 2006.
- BELL, Daniel. *The coming of post-industrial society: a venture in social forecasting*. New York: Basic Books, 1973.
- BNB. Política produtiva para o Nordeste – uma proposta. Fortaleza: *BNB*, 2006.
- BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins fontes, 2009.

- BRITTO, Jorge e CASSIOLATTO, José. Mais além da “guerra fiscal”: políticas industriais descentralizadas no caso brasileiro. *Anais do XXVIII Encontro da ANPEC*, Campinas, Dezembro de 2000.
- CABRAL, Romilson. *Relações possíveis entre empreendedorismo, arranjos organizacionais e institucionais: estudo de casos múltiplos no Pólo de Confeções do Agreste Pernambucano*. Tese de Doutorado, UFBA, 2007.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- DIEESE. Diagnóstico do setor têxtil e de confecções de Caruaru e Região. *Relatório de Pesquisa*. Recife, maio de 2010 (mimeo).
- FUNDAJ. O Pólo de Confeções de Toritama: Análise das relações de trabalho e da informalidade. *Relatório de Pesquisa*. Recife, dezembro de 2008 (mimeo).
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- LASTRES, Helena; CASSIOLATO, José. Novas políticas na Era do Conhecimento: o foco em arranjos produtivos e inovativos locais. Rio de Janeiro, 2003 (disponível em: <http://www.redesist.ie.ufrj.br/>).
- LASTRES, Helena; ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria; LEGEY, Liz-Rejane; LEMOS, Cristina; SZAPIRO, Marina; CASSIOLATO, José. *Interagir para competir: promoção de arranjos produtivos e inovativos no Brasil*. Brasília: SEBRAE/FINEP/CNPq, 2002.
- LIMA, Jacob Carlos. Novas formas, velhos conteúdos: diversidade produtiva e emprego precário na indústria do vestuário. *Revista Política e Trabalho*, João Pessoa, set/1999.
- LIMA, Jacob; SOARES, Maria. Trabalho flexível e o novo informal. *Caderno CRH*, Salvador, n. 37, p. 163-180, jul./dez. 2002.
- LIMA, João; SICSÚ, Abraham; PADILHA, Maria. Economia de Pernambuco: transformações recentes e perspectivas no contexto regional globalizado. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 38, nº 4, out-dez. 2007.
- LIMA, Sandra. *Invenção e tradição: um olhar plural sobre a arte figurativa do Alto do Moura*. Campinas, Unicamp, Dissertação de Mestrado, 2002.
- LIRA, Sonia. Os aglomerados de micro e pequenas indústrias de confecções do Agreste/PE: um espaço construído na luta pela sobrevivência. In: *Revista de Geografia*. UFPE – DCG/NAPA, Recife, 2006.
- LIRA, Sonia. Entre os fixos e os fluxos da sulanca. *Revista de Geografia*. UFPE – DCG/NAPA, Recife, v. 25, n. 2, mai/ago. 2008.

- LYRA, Maria. Sulanca X muamba: rede social que alimenta a migração de retorno. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 19, p. 144-154, 2005.
- LUCENA, Wenner. *Uma contribuição ao estudo das informações geradas pelas micro e pequenas empresas localizadas na cidade de Toritama, no Agreste de Pernambuco*. Recife, UFPB, Dissertação de Mestrado, 2004.
- LUCENA, Marcus; OLIVEIRA, Brigitte. Formação de estratégias competitivas no cluster de confecções de Santa Cruz do Capibaribe. *XXVI ENEGEP*, Fortaleza, Outubro de 2006.
- MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Difel, 1982.
- MARTINS, Maria; ANDRADE, Elisabeth; CÂNDIDO, Gesinaldo. Caracterização e contribuição das redes informacionais para o desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais no Setor de Confecções do Agreste Pernambucano. *Gestão.Org – Revista Eletrônica de Gestão Empresarial*, PROPAD/UFPE, Recife 7 (1):27-46 – Jan/Abr 2009 (site: <http://www.ufpe.br/gestaoorg/index.php/gestao>)
- MELO, Maria. Reflexões sobre aprendizado e inovação local na indústria de confecções do Nordeste. *RECITEC*, Recife, v.4, n.1, p. 117-143, 2000.
- NASCIMENTO NETO, Nelson Varela do; MACIEL, Betania. Cultura Organizacional dos trabalhadores do pólo de confecções de Santa Cruz do Capibaribe. *Revista Internacional de Folkcomunicação*, Ponta Grossa, Vol 01, N. 13, 2009.
- NORONHA, Eduardo; TURCHI, Lenita. O pulo do gato da pequena indústria precária. *Tempo Social*, São Paulo, v. 19, n.1, 2007.
- NUNES, Cristina; NUNES, Fernando. A indústria de confecções na Região Nordeste: gargalos, potencialidades e desafios. *Anais do XXVIII Encontro Nacional de Engenharia de Produção*, Rio de Janeiro, 13 a 16 de outubro de 2008.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para um Re(li)gião: SUDENE, Nordeste, planejamento e conflitos de classe*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- \_\_\_\_\_. *Economia brasileira: crítica a razão dualista*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- PIORE, Michael; SABEL, Charles. *The second industrial divide: possibilities for prosperity*. New York: Basic Books, 1984.
- RAMOS, Antonio. *A concorrência internacional no setor de vestuário: estratégias de diferenciação para o Arranjo Produtivo Local para o Agreste de Pernambuco*. Recife, UFPE, Dissertação de Mestrado, 2008.

RAPOSO, Maria; GOMES, Gustavo. Estudo de caracterização econômica do Pólo de Confecções do Agreste de Pernambuco. Recife: FADE/UFPE/SEBRAE, 2003 (disponível em: <http://200.249.132.89:8030/downloads/poloconfec.pdf>).

SANTOS, Milton. *Pobreza urbana*. São Paulo: Hucitec; Recife: UFPE, 1978.

SILVA, Sandra Roberta. *A juventude na "Sulanca": Os desafios da inserção no mundo do trabalho em Taquaritinga do Norte – PE*. Campina Grande, Dissertação de Mestrado, UFCG/Ciências Sociais, 2009.

CACCIAMALI, Maria Cristina. Um estudo sobre o setor informal urbano e formas de participação na produção. São Paulo, USP, Tese de Doutorado, 1982.

VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto. Para discutir os termos da nova informalidade: a questão da informalidade enquanto uma categoria de análise válida para a apreensão da realidade atual das relações de trabalho. In.: VI Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia do Trabalho, Cidade do México, 2010.

VIANA, Fernando; ROCHA, Roberto; NUNES, Fernando. Indústria de calçados no Nordeste: características, desafios e oportunidades. Fortaleza: BNB, 2006.

XAVIER, Maria. *O processo de produção do espaço urbano em economia retardatária: a Aglomeração Produtiva de Santa Cruz do Capibaribe (1960 – 2000)*. Recife, UFPE, Tese de Doutorado, 2006.

XAVIER, Maria; MORA, Luis; SARABIA, Mônica. A cidade de Santa Cruz do Capibaribe e seu dinâmico desenvolvimento local: em foco as mudanças. Grenoble, *5ème Colloque de l'IFBAE*, maio de 2009.